



Biblioteca da Assembleia da República

DOSSIER DE IMPRENSA

Ondas de choque no caso BPN

Oliveira Costa fez rir os deputados e aprendeu a ler livros na prisão

“O ‘subprime’ nos Estados Unidos? Eu é que sou o responsável”, gracejou



Pedro Elias

As jornalistas “são lindas” mas manipuláveis

“São muito lindas. Há aqui umas belezas”. Foi com palavras simpáticas para as jornalistas que Oliveira Costa abandonou o Parlamento oito horas depois do início da audição. Apesar da hora tardia, já passava da meia-noite, o antigo presidente do BPN ainda teve disponibilidade para responder às perguntas das beldades de jornalistas das estações de televisão. Durante o depoimento, sobretudo na declaração inicial, o gestor não foi assim tão simpático com a imprensa. Ainda que indirectamente, deixou críticas aos jornalistas. A acusação não saiu da sua boca, mas de forma velada o que Oliveira Costa disse foi que a imprensa foi manipulada pelos accionistas da SLN, ajudando a inviabilizar a venda do grupo a investidores estrangeiros. O antigo líder do BPN contou que o seu assessor de comunicação lhe disse que “eram os accionistas que estavam a alimentar os jornalistas”. Outra referência curiosa do gestor à imprensa foi o que disse sobre o artigo que a “Exame” publicou em 2001. Contou que na altura disse a Dias Loureiro: “Se você não tivesse vindo para aqui este artigo não saía. Não tenho dúvida nenhuma”.

Uma maratona | Oliveira Costa esteve oito horas na comissão de inquérito. Alguns jornalistas não resistiram ao cansaço.

MARIA JOÃO GAGO
mjgago@negocios.pt

“A verdade da mentira”. O livro de Gonçalo Amaral, antigo inspector da Polícia Judiciária, sobre o desaparecimento de Maddie McCann, foi referido por Oliveira Costa na audição parlamentar. O antigo presidente do BPN deu a entender ter lido a versão do homem que acusa os pais da menina inglesa de a terem morto por acidente. Na prisão.

“Habituei-me a ler livros. É muito bom”. Foram 70 livros em seis meses. Quase três obras por cada uma das mais de 25 semanas que já passou em prisão preventiva.

Estas afirmações foram proferi-

das em tom confessional, no meio das respostas aos deputados. Declarações reveladoras de um carácter, mas que acabam por se perder na cobertura mediática da ida de Oliveira Costa à comissão de inquérito à nacionalização do BPN.

Por esta altura, após longas horas de depoimento, o economista já dava sinais de descontração e boa disposição. Do século passado parecia a timidez e o nervosismo com que Oliveira Costa leu a sua declaração inicial, de 56 páginas, entre as 16h30 e as 19h30 desta terça-feira. Durante essas três horas, intercaladas com intervalos pedidos pelo depoente, chegou a dar sinais de fragilidade e debilidade física. Depois, arribou.

Arribou ao ponto de dizer piadas e pôr uma sala que rebentava pelas costuras de deputados – o quórum da comissão de inquérito deve ter batido recordes –, de jornalistas, de repórteres de imagem e de assessores partidários a rir à gargalhada, mais do que uma vez. Abdool “Vakil, às vezes, economizava muito na verdade”, foi uma delas.

Não é possível comprovar cientificamente, mas para quem estava na sala quase é possível garantir que foi depois de ter lanchado na sala ao lado à da comissão – pouco antes do intervalo das 22 horas – que Oliveira Costa animou a sério. Foi como se, a partir de certa hora, tivesse decidido aproveitar a sua segunda saí-

da da prisão em cerca de seis meses.

Apesar da boa disposição, Oliveira Costa está mais magro e mais curvado do que em Janeiro, altura em que, pela primeira vez, se deslocou ao Parlamento para nada dizer. Na terça-feira, tal como há seis meses, o gestor deslocou-se numa carrinha celular, ladeado por polícias que permaneceram, estoicamente, durante oito horas, na Assembleia.

Desta vez, Oliveira Costa não se refugiou no estatuto de arguido. E até gracejou com o facto de os outros depoentes lhe atribuírem todas as culpas. “O ‘subprime’ nos Estados Unidos? Eu é que sou responsável. Vai haver um terramoto no sítio qualquer? Eu sou o responsável”.

O QUE DISSE

A verdade está com o Dr. António Marta sobre as declarações do ex-vice-governador do Banco de Portugal que contrariam o testemunho de Dias Loureiro.

A única vítima [no caso do BPN] está aqui à vossa frente.

O papel do Dr. Dias Loureiro no Grupo SLN acabou como começou, ou seja, a criar problemas, mas negando sempre estar envolvido na sua génese.

Quando surgiram rumores de que Cadilhe ia para o BPN liguei-lhe a dizer que antes de aceitar falasse comigo. Só me ligou na véspera da ÁG. “OK”, disse eu. “Tenho pena que não me quisessem ter ouvido. Um dia arrepende-te-ás”.

Cadilhe, que poderia ter tido um papel conciliador, preferiu silenciar o que sabia e lavar as mãos como pilatos.

Enquanto se preparava uma solução de fundo para a SLN, o grupo dos 4, sob liderança do conselheiro Coimbra e com a ajuda de Joaquim Nunes, preparava o desmembramento do grupo, que era a solução que mais lhes convinha.

Ondas de choque no caso BPN

Uma “encenação brilhante” de um homem que não quer cair sozinho

Oliveira Costa encenou, acusou e silenciou. O depoimento do ex-presidente do BPN teve muitas fragilidades, mas também foi muito útil, apontam os deputados da comissão de inquérito que estão a acompanhar o caso

ELISABETE DE SÁ

esa@negocios.pt

MARIA JOÃO GAGO

mgago@negocios.pt

“A única vítima está aqui à vossa frente”. Esta frase, proferida terça-feira por Oliveira Costa perante os membros da comissão de inquérito, poderá ter resumido, de forma lapidar, as intenções do ex-presidente do BPN. “Enterrar completamente uma pessoa que já só estava com a cabeça de fora [Dias Loureiro], ajustar contas com accionistas no âmbito de uma guerra de poder que, pelos vistos, ainda não terminou, e não falar sobre muita coisa optando por continuar a proteger muitas pessoas responsáveis pela rede criminosa montada em torno do BPN”.

Esta leitura é feita por Honório Novo, deputado comunista, que integra a comissão de inquérito. E que diz que Oliveira Costa fez uma “enorme encenação de vitimização”. Invocou a doença, a infância pouco feliz e uma vida de trabalho extenuante. “Usou o tom de ‘fado’. Foi uma encenação brilhante”, bem patente no eco que conseguiu ter, nomeadamente, em várias reportagens televisivas, salienta Honório Novo. “A comissão de inquérito não pode ser susceptível a artimanhas deste tipo”, acrescenta.

José de Oliveira Costa, que está detido desde o final de Novembro de 2008, sentiu-se encurralado e reagiu. “Procurou transferir responsabilidades, nomeadamente dizendo-se vítima de uma perseguição psicótica por parte de quatro accionistas”, acrescenta João Semedo, do Bloco de Esquerda.

É normal que assim aconteça. “É uma tendência muito natural que quem se sinta encurralado, não tendo como fugir, queira distribuir o foco das culpas. É quase como um instinto de sobrevivência”, analisa Vasco Soares, especialista em psicologia clínica e neuropsicologia.

Assim sendo, até que ponto é que o seu testemunho pode ser considerado credível? E qual a medida dessa credibilidade? Vários deputados que integram a comissão de inquérito, apontam-lhe fragilidades. Para começar, “as muitas contradições do seu depoimento”, diz o social democrata Hugo

O depoimento foi muito importante para se perceber que o BPN não é obra de um homem só.

NUNO MELO

Deputado do PP

Veloso. Depois, o facto de se ter escudado no estatuto de arguido para não esclarecer questões que lhe dizem respeito à sua actuação enquanto presidente do banco, acrescenta Leonor Coutinho do PS. E ainda os vários momentos de “amnésia” por si revelados, face a factos como as “offshores”, dizem Honório Novo e João Semedo.

Ou seja, Oliveira Costa só terá dito mesmo o que quis, calando tudo o resto. Para a mesa, atirou declarações que contradizem muitos dos depoimentos anteriormente feitos por vários protagonistas. E muitas acusações que visam implicá-los directamente no caso BPN.

Para Nuno Melo, do PP, a credibilidade do testemunho do gestor surge, principalmente, no ponto em que se percebe que “o BPN não é obra de um homem só”. “Vários accionistas, ex-administradores e quadros do banco tentaram fazer passar essa ideia e Oliveira Costa chama à responsabilidade por actos de gestão outras pessoas e accionistas, como Joaquim Coimbra, Dias Loureiro e Cadilhe. Ele ajudou a fazer perceber a responsabilidade era partilhada”, defende o deputado.

Entre “encenações”, acusações, silêncios e “amnésias”, o seu depoimento é, mesmo assim, apontado como positivo por vários elementos da comissão. “Nomeadamente ao detalhar situações como o caso da reunião entre António Marta e Dias Loureiro. Foi bastante proveitoso”, sublinha Leonor Coutinho. Até porque, remata, “os deputados, ao contrário da Polícia Judiciária, conseguem que as pessoas se descontraiam e falem”.



Pedro Elias

Descontraído q.b.

José Oliveira Costa começou a testemunhar num tom tenso, mas foi-se descontraindo durante a longa sessão de oito horas, chegando mesmo a distribuir piadas e piropos à saída da Assembleia da República.

CONHEÇA 25 RESPOSTAS

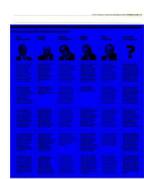
A SUPERVISÃO FOI DILIGENTE NO ACOMPANHAMENTO DO BPN?

QUEM FOI O RESPONSÁVEL PELO RUINOSO NEGÓCIO DE PORTO RICO?

QUEM SABIA DA VERDADEIRA NATUREZA DO BANCO INSULAR?

POR QUE RAZÃO O GRUPO SLN NÃO FOI VENDIDO APESAR DOS VÁRIOS CANDIDATOS?

AS ILEGALIDADES QUE FIZERAM CAIR O BPN FORAM OBRA DE UM SÓ HOMEM?



5 PARA CINCO QUESTÕES POLÉMICAS NO CASO BPN

<p>José Oliveira Costa</p> 	<p>Joaquim Coimbra</p> 	<p>Manuel Dias Loureiro</p> 	<p>Miguel Cadilhe</p> 	<p>Vitor Constâncio</p> 	<p>O que está por esclarecer</p> 
<p>Para o ex-líder do BPN, o Banco de Portugal não pecou por defeito mas por excesso. "Era muito acutilante", afirmou, avisando que os modelos de supervisão "têm limitações". Acusou BdP de "atitude abusiva" na deteção de problemas.</p>	<p>Joaquim Coimbra não criticou o Banco de Portugal e até sugeriu que foi em sintonia com as preocupações do supervisor que os accionistas fizeram tudo para afastar Oliveira Costa da liderança do BPN.</p>	<p>O ex-conselheiro de Estado garantiu nunca ter tido acesso a relatórios do BdP sobre inspeções ao BPN e que nunca o supervisor o questionou sobre problemas no banco. Defendeu que se BdP não estava satisfeito devia ter multado BPN.</p>	<p>O ex-líder do BPN foi duro com a supervisão. Repetiu que o BdP falhou "de forma demorada", e lamentou não ter sido avisado dos problemas do banco. Cadilhe garante que foi a sua equipa e não o BdP que detectou as imparidades no BPN.</p>	<p>Apesar de ainda ir à comissão, o governador tem-se defendido através do número dois e directamente. O BdP diz que esteve em cima do BPN, que foi reagindo às suas exigências, mas não podia descobrir o que lhe queriam ocultar.</p>	<p>As opiniões dividem-se quanto à actuação da supervisão. É claro que desde cedo o BdP soube haver problemas no BPN. Resta esclarecer se não havia, de facto, indícios suficientes que levassem a supervisão a ver as grandes irregularidades.</p>
<p>Oliveira Costa atribuiu responsabilidade pela compra da Biometrics a Dias Loureiro, dizendo que este e o libanês El-Assir o ameaçaram com o risco de não vender a concessão marroquina Redal, caso não se fizesse o negócio de Porto Rico.</p>	<p>Joaquim Coimbra não acrescentou informação sobre a compra da empresa porto-riquenha Biometrics.</p>	<p>Por duas vezes, Dias Loureiro afirmou que só tinha iniciado e fechado negócio de compra da Biometrics e que tinha sido o entusiasmo de Oliveira Costa a motivar a compra. O ex-ministro disse, ainda, desconhecer pedidos de suborno.</p>	<p>Miguel Cadilhe não se pronunciou sobre o negócio de Porto Rico.</p>	<p>O BdP ainda não se pronunciou sobre este negócio. Mas relatórios de inspeções feitas pelo supervisor, que o CDS já citou, fazem referência a este negócio. Constâncio deve ser questionado sobre isso na audição prevista para a semana.</p>	<p>Dias Loureiro diz que foi Oliveira Costa, este diz que foi o ex-conselheiro o responsável pelo negócio. Por outros testemunhos, pode concluir-se que ambos são responsáveis. Por esclarecer está se Loureiro sabia do crédito do Insular ao negócio.</p>
<p>O único arguido do caso BPN recusou falar do Insular. Ainda assim, lá foi dizendo que o acesso ao sistema informático onde estavam registadas as operações do banco cabo-verdiano era "muito complexo", contrariando outros testemunhos.</p>	<p>O accionista diz que só soube do Insular e seus problemas em Fevereiro de 2008, por Oliveira Costa. "Soube que havia irregularidades num banco em Cabo Verde. Pensávamos que era o BPN IFI mas foi-nos dito que era o Insular."</p>	<p>O ex-ministro de Cavaco diz que só soube do Insular depois de Oliveira Costa lhe ter falado no banco, pouco antes da nacionalização do BPN. Dias Loureiro garantiu, ainda, desconhecer créditos do Insular no negócio da Biometrics.</p>	<p>O economista garantiu que foi graças à actuação da sua equipa e às auditorias encomendadas por ela que se descobriu a natureza da relação BPN e Insular. Cadilhe disse que foi na sua gestão que se quantificou o buraco deste banco.</p>	<p>O vice-governador, Pedro Duarte Neves, garantiu na comissão de inquérito que o BPN só assumiu ser dono do Insular em "resultado da acção de supervisão" do BdP. O nº dois garante que o supervisor só soube do Insular em Junho último.</p>	<p>É claro, por testemunhos e documentos, que muitos ex-gestores e quadros do BPN sabiam da ligação ao Insular e da sua utilização ilegal. Pode ser esclarecido se a supervisão não tinha pistas para descobrir a relação do BPN ao banco.</p>
<p>Para Oliveira Costa, apesar das propostas da Arábia Saudita, Líbia e Carlyle, a venda não se fez porque um grupo de accionistas, liderado por Joaquim Coimbra, não quis. "Manipularam os factos para inviabilizar a venda a estrangeiros".</p>	<p>Coimbra diz que após a saída de Oliveira Costa, teve contactos com a Carlyle que queria 40% do grupo. O negócio não se fez porque antes da auditoria necessária houve a nacionalização, explicou. No total soube de seis interessados no BPN.</p>	<p>No tempo em que esteve na SLN, entre 2001 e 2004, Dias Loureiro tentou fazer uma parceria entre o BPN e a Caixa Galicia. Mas este acordo nunca se concretizou.</p>	<p>O ex-líder do BPN falou da proposta de compra que a CGD fez pouco antes da nacionalização. Explicou que não teve sequência pois já se estava a discutir outro tipo de apoio do Estado. Sobre outras ofertas, disse não se terem confirmado.</p>	<p>O Banco de Portugal ainda não se pronunciou sobre contactos de eventuais interessados em comprar o BPN. Vitor Constâncio deverá responder sobre isso na próxima semana.</p>	<p>Houve ou não contactos formais e consistentes de verdadeiros interessados em comprar o BPN com o BdP? As diligências que Oliveira Costa fez junto do supervisor tinham base real? Perguntas a que Constâncio pode dar resposta para a semana.</p>
<p>"Fui empurrado para ser centralizador e deixei-me ir", por ser "voluntarioso demais". Foi assim que Oliveira Costa respondeu aos deputados. Para o ex-líder do BPN, "hoje é fácil" dizer que o colapso do banco foi obra de um homem só.</p>	<p>O accionista afirmou que desde 2007 que os maiores investidores queriam fazer uma auditoria ao BPN por causa da suspeição de problemas. Um desejo que terá tido a oposição de Oliveira Costa, que era quem mandava no grupo.</p>	<p>O ex-conselheiro acusou Oliveira Costa de ser centralizador. Até lhe escreveu uma carta sobre modelos de gestão, criticando a sua forma de gerir, contou. Reconheceu que na gestão da SLN "havia uma divergência estratégica entre" eles.</p>	<p>Cadilhe não se alongou sobre os responsáveis pelo colapso do BPN. Mas deixou claro que "houve falha da administração" de Oliveira Costa. E que as denúncias feitas por si à Justiça davam para apanhar mais do que um responsável.</p>	<p>Sobre a forma como o BPN era gerido, o BdP tem-se queixado de que era difícil obter respostas a questões de supervisão. Não se pronunciou sobre o carácter centralista de Oliveira Costa, mas já avisou que tem na mira outros antigos gestores.</p>	<p>Já não há dúvidas de que o colapso do BPN não foi apenas obra de Oliveira Costa. Falta perceber por que apenas o antigo líder é arguido do Ministério Público. E quem são os outros responsáveis que estão na mira da Justiça e do BdP.</p>



PRIMEIRO PLANO

DIAS LOUREIRO SAI DO CONSELHO DE ESTADO



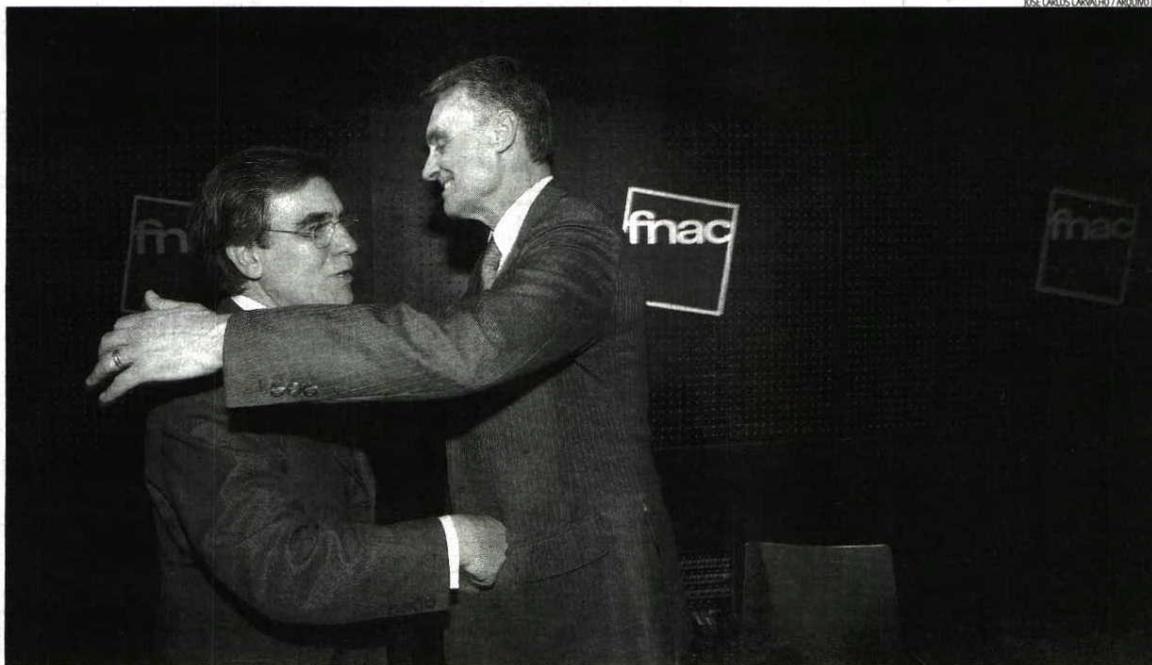
OS PRINCIPAIS MOMENTOS

Foi a 4 de Novembro de 2008 que a vida se tornou difícil para Dias Loureiro com o rebrantar do caso.

DIA
24
NOVEMBRO

Cavaco Silva recebe Loureiro em Belém

O BE foi o primeiro partido a pedir a demissão de Dias Loureiro do Conselho de Estado. O conselheiro pede para se encontrar com Cavaco Silva ainda em 2008. O presidente aceita as explicações.



JOSÉ CARLOS CARVALHO / AGENCIA LUSA

Frases quentes

As declarações na comissão parlamentar permitiram-lhe grandes economias sobre a verdade factual

Queixou-se [a António Marta] que a supervisão estava sempre em cima do BPN. A verdade está do lado de António Marta

Intitulou-se em certos círculos presidente do BPN e disse 'dentro de seis meses serei o presidente do BPN'

Os colaboradores do grupo descreviam Dias Loureiro como sendo sobranceiro e desmoralizador

Oliveira e Costa

Ex-ministro cavaquista recusa ligações entre a saída do Conselho de Estado e as acusações de Oliveira e Costa ou eventual melindre que a situação pudesse causar a Cavaco

Dias Loureiro cede para aliviar Cavaco

Ex-conselheiro pediu ao procurador-geral da República para ser ouvido

HERMANA CRUZ
hermana.cruz@jn.pt

Dias Loureiro garantiu ontem que pediu para sair do Conselho de Estado para que o caso do BPN "se esclareça o mais depressa possível". Escreveu ao PGR a pedir para ser ouvido. Cavaco Silva aceitou a renúncia.

Estava a ser pressionado por todos os lados - desde a Oposição a membros do Conselho de Estado e até a seus antigos colegas de Governo cavaquista - para abandonar o órgão consultivo do presidente da República. Mas só ontem o fez, um dia depois de Oliveira e Costa ter deixado denúncias no Parlamento sobre o seu envolvimento, nomeadamente no desastroso negócio de Porto Rico, e sobre o seu carácter, acusando-o de ter mentido e de o ter ameaçado.

Dias Loureiro garante, porém,

que nada disso pesou na decisão que ontem comunicou pessoalmente ao chefe de Estado, e seu amigo de há 23 anos, Cavaco Silva, numa audiência ao início da tarde em Belém. Nem o facto de ter admitido recentemente que só sairia se sentisse "que, em algum momento, que a actual situação" causaria "o mínimo incómodo" ao presidente da República.

"Quero que este caso se esclareça e o mais depressa possível", assegurou o ex-ministro da Administração Interna, em entrevista à SIC, no final de um dia em que se manteve incomunicável. Segundo Dias Loureiro, pesaram na sua demissão insistentes perguntas de jornalistas sobre o levantamento da sua imunidade (inerente à condição de conselheiro de Estado) e uma notícia "já desmentida". Além disso, "começou a passar a ideia de que o

Conselho de Estado era um resguardo". "Era algo que me estava a proteger", revelou, em jeito de desmentido.

Um pedido por carta

O agora ex-conselheiro de Estado revelou que foi quem tomou a iniciativa de pedir uma audiência com Cavaco Silva, num dia em que o governador do Banco de Portugal, Vítor Constâncio, afirmou no Parlamento que a supervisão não pode ser "uma espécie de KGB e FBI juntos".

"Comecei por perguntar se havia algum pedido para ser ouvido. Foi-me dito que não", adiantou, referindo que comunicou então a Cavaco que se "achava no direito de pedir ao procurador-geral da República para ser ouvido nas instâncias que fazem inquérito ao BPN". O pedido já seguiu, ontem, para Pinto Monteiro, por carta.

À margem da entrega do prémio SECIL de arquitectura, Cavaco Silva confirmou tudo: "Recebi hoje (ontem) ao início da tarde o dr. Dias Loureiro que me disse que, não existindo um pedido de levantamento de imunidade e de-

Cavaco Silva deixa claro que foi Dias Loureiro quem pediu para sair do Conselho de Estado

sejando ser ouvido tão rapidamente quanto possível pela Procuradoria-Geral da República, apesar de considerar que não cometeu qualquer ilegalidade, tinha decidido renunciar ao cargo de conselheiro de Estado".

Cavaco Silva foi claro: "Foi ele quem apresentou a sua renúncia".

Ao fazê-lo, o chefe de Estado manteve a posição manifestada, no passado dia 7, ao afirmar que "no Conselho de Estado existem exactamente 19 membros que estão sujeitos a um estatuto especial". Nessa altura, Cavaco deixava implícito defender que sobre Dias Loureiro não recaíam razões para abandonar aquele órgão consultivo, tal como também não recaíam sobre o primeiro-ministro José Sócrates, envolvido no caso Freepart.

Decisão peca por tardia

Não era, todavia, o que pensavam conselheiros de Estado como Ramalho Eanes, Jorge Sampaio e João Lobo Antunes, assim como destacados "cavaquistas" e dirigentes sociais-democratas, que ontem aplaudiram a sua renúncia. "Só posso saudar Dias Loureiro pela sua decisão de grande dignidade", referiu Silva Penada, embora sublinhe que a saída do Conselho de Estado pecou "por tardia". "É uma decisão não tardia, depois do conjunto de informações tornadas públicas nos últimos dias. Apesar de todos termos direito à presunção de inocência, era uma situação insustentável", concorda Alexandre Relvas.

"Ter-se-ia ganho em que esta decisão tivesse sido tomada mais cedo, o próprio teria ganho com isso", reconhece o líder parlamentar do PSD, enquanto o vice-presidente do partido Rui Rio afirma apenas: "Acho muito bem que ele tenha tido essa atitude". ■



DIA 27 JANEIRO

Primeiras explicações no Parlamento

Depois de várias recusas, o PS aceitou viabilizar a audição de Dias Loureiro no Parlamento...

DIA 05 MAIO

Dias Loreiro ouvido pela segunda vez

Versões diferentes da do ex-administrador da SLN levam os deputados da comissão parlamentar de inquérito a chamar de novo Dias Loreiro para explicar a sua participação no negócio de Porto Rico

DIA 27 MAIO

Oliveira e Costa provoca demissão

No seguimento das declarações de Oliveira Costa na véspera, na Assembleia da República, acusando Dias Loureiro de ter mentido, o conselheiro de Estado demite-se.

REACÇÕES

Accionistas desmentem Oliveira e Costa

Um grupo de sócios da Sociedade Lusa de Negócios (SLN) emitiu ontem um comunicado a acusar Oliveira e Costa de "mentir" à Comissão e de "omitir deliberadamente referências substantivas ao período da sua gestão" para "fugir a explicar as razões da grave degradação da situação do grupo ao longo desses anos, a qual é da sua inteira responsabilidade".

O PS disse estar "satisfeito porque a democracia funcionou" com a saída de Dias Loureiro mas rejeitou fazer uma avaliação "positiva ou negativa", remetendo essa tarefa para o próprio e o Presidente da República.

"Oliveira e Costa omitiu deliberadamente referências substantivas ao período da sua gestão"

O PCP considerou que a demissão de Dias Loureiro do Conselho de Estado é o "desfecho lógico tendo em conta os novos elementos que vieram a lume" com a audição de Oliveira e Costa.

O líder do CDS-PP, Paulo Portas, disse que Dias Loureiro "fez o que devia ter feito" ao renunciar ao cargo de conselheiro de Estado e defendeu que falta Vítor Constâncio demitir-se do Banco de Portugal.

O BE considerou que Dias Loureiro não tinha outra opção que não fosse renunciar ao Conselho de Estado e defendeu que a sua manutenção no cargo "aprisionava o Presidente da República", afirmou Francisco Louçã.

DIAS LOUREIRO

A ascensão e a queda de um político

Em 1981, Dias Loureiro ganhava menos de cinquenta contos por mês como governador civil de Coimbra; vinte anos depois, declarou, em sede de IRS, mais do que Belmiro de Azevedo.

Frequentemente apontado como um dos homens mais poderosos e ricos do país, a sua ascensão sempre foi alvo de "mau olhado". Em diversas entrevistas repetiu que o segredo do seu sucesso foi nunca "ter como objectivo enriquecer".

"Quem tem a consciência tranquila em relação ao seu dinheiro pode fazer o que entender com ele"

É como na política, argumentou diversas vezes: "Quem só está preocupado em ganhar votos, perde. Ganhar dinheiro, como ganhar votos, tem de ser consequência de coisas que se fazem bem feitas". O seu lema de vida, foi-lhe transmitido pelo seu tio-avô padre: "Faz bem o que fizeres".

Manuel Joaquim Dias Loureiro nasceu em Aguiar da Beira a 18 Dezembro de 1951. É filho de dois comerciantes e tem sete irmãos. Nos tempos de faculdade, há quem se recorde que ao contrário da maioria dos colegas ia a casa, aos fins-de-semana, de camioneta e usava samarras muito coçadas. Entrou no PSD pela mão de Carlos Encarnação e Ângelo Correia mas foi com Cavaco Silva que a sua influência cresceu de forma avassaladora no partido.

Amigo pessoal do presidente da República, acompanhou-o desde o primeiro dia da sua presidência do PSD até à confirmação dos resultados nas presidenciais.

Na sua autobiografia, Cavaco revelou não o ter convidado para o seu primeiro Governo, em 1985, "pela simples razão de não poder prescindir dele no partido". No segundo mandato, no entanto, Dias Loureiro foi ministro



dos Assuntos Parlamentares, entre 1987 e 1991; e na segunda maioria PSD, ministro da Administração Interna até 1995.

"Quando saí da política não tinha dinheiro nenhum", repetiu em entrevistas. O ex-ministro assumiu sempre, no entanto, que foram as amizades feitas nesses anos que o ajudaram depois de 1995 a construir a sua fortuna.

Em 1991 deixou o apartamento no bairro de Benfica, em Lisboa, e foi viver para uma vivenda no Estoril - uma das zonas mais caras do país. O semanário Expresso questionou, na altura, como um salário de ministro poderia suportar a mudança. Dias Loureiro justificou-se com uma herança e respondeu: "Quem não tem a consciência tranquila em relação ao dinheiro pode tentar escondê-lo. Quem tem a consciência tranquila pode fazer o que entender".

Quando saiu do Governo, aceitou o desafio de José Roquette para integrar a Pleiade. A fortuna começa nessa altura a crescer. Em 2000, Roquette manifesta-se cansado e decide vender o grupo. É José Oliveira e Costa que compra por 11 milhões de contos. Dias Loureiro recebe, então, mais de um milhão de euros e investe em acções da SLN e torna-se administrador executivo do grupo detentor do BPN.

ALEXANDRA BRÁGO

Infographic titled 'Conselho de Estado' showing members and their roles. Includes a list of competencies and a diagram of the council structure.

Fonte: Presidência da República ICE / Infografia JN

**CASO BPN**

“Eu sei que não fiz nada de ilegal”

Dias Loureiro justificou o facto de só agora ter apresentado o pedido de demissão do cargo de conselheiro de Estado dizendo que nunca pensou “que se pudesse começar a passar a ideia de que o Conselho de Estado era uma espécie de resguardo, que me protegia”.

O ex-administrador da Sociedade Lusa de Negócios (SLN) apresentou ontem a demissão do Conselho de Estado ao Presidente da República, Cavaco Silva, vários meses depois dos escândalos financeiros no BPN terem saltado para as primeiras páginas dos jornais. Dizendo ser falso que exista no Conselho de Estado um pedido para o levantamento da sua imunidade, Manuel Dias Loureiro garante ter assumido a ini-

Não estou
acusado de nada
e sou o principal
interessado
em que tudo
se resolva.

DIAS LOUREIRO

Ex-conselheiro de Estado

ciativa de pedir a sua demissão. Bem como a iniciativa de solicitar ao Procurador-geral da República, Pinto Monteiro, que seja ouvido no âmbito das investigações ao BPN.

“Não estou acusado de nada e sou o principal interessado

em ser ouvido e em que isto se resolva”, sublinhou.

Na breve entrevista que deu ontem à noite à SIC, Dias Loureiro recusou comentar as declarações feitas na terça-feira por Oliveira Costa na comissão parlamentar de inquérito à nacionalização do BPN, nomeadamente as acusações que lhe foram feitas pelo ex-presidente do BPN. “Sei que não fiz nada de ilegal. E quem me conhece sabe que eu não sou aquela pessoa”, disse apenas.

A demissão de Dias Loureiro do cargo que desempenhava no Conselho de Estado foi conhecida ontem à tarde, após uma reunião entre o ex-administrador do BPN e o Presidente da República, Aníbal Cavaco Silva. **MJS/ES**

O pulo do Gato

Fernando Sobral

O bando dos quatro

O BPN ficará para a história como o banco que apagou a nitidez das nossas certezas sobre a democracia portuguesa. Pouco sobra de um monte de verdades e de mentiras que se vão acumulando à espera da incineração total. O BPN tornou-se o Frankenstein da democracia. O que diz Oliveira e Costa e o que não dizem Dias Loureiro ou Joaquim Coimbra são o Jekyll e o Hyde desta alucinação. O BPN é a tatuagem do País pós-1974 e os seus actores são figuras parecidas com a criança adorável de “O Exorcista”. Entre o bem e o mal deixou de existir uma fronteira neste país. Portugal não é um país normal. Mente-se e desmente-se. E o País, a começar pela justiça, fica parado, como se estivesse a ver uma telenovela. Como se o BPN fosse uma ficção muito bem contada. Não é. As declarações de Oliveira e Costa são apenas a ponta do icebergue, porque este, adivinha-se, é misterioso e sombrio como as profundezas do oceano. Oliveira e Costa não quer ser Calígula: assassinado, ninguém sabia quem lhe poderia suceder. E Cláudio foi escolhido porque a Guarda Pretoriana o encontrou atrás das cortinas. Aqui já não há cortinas. Dias Loureiro já não pode dizer que está atrás delas. Ou se demite de um cargo moral (Conselheiro de Estado) ou Cavaco Silva deve convidá-lo a partir, até porque nada mais pode fazer. Oliveira e Costa puxou da adaga e mostrou parte do que se esconde por detrás da cortina onde esteve o núcleo duro de Cavaco. A fragilidade do Presidente vem daí. Mas o BPN não é um “bando dos quatro”. É a bandalheira da nossa democracia.



Editorial

Pedro Santos Guerreiro

Director



A quadrilha

Depois do silêncio, a mentira. Os cegos, surdos e mudos do BPN passaram aos gritos: "Mentirosos!". Que temos nós com isso? Tudo. Depois do aumento de capital da Caixa de ontem, temos mais mil milhões de razões para nos preocuparmos.

A audiência de Oliveira Costa no Parlamento serviu para implicar aqueles que o implicavam. Como um náufrago que se agarra ao pescoço do nadador, o ex-presidente do BPN usou linguagem simplória e citou situações mafiosas que envolvem Joaquim Coimbra, Joaquim Nunes, Almiro Silva e Manuel Dias Loureiro.

Apesar do patético ambiente amigalhado com que os deputados terminaram a maratona de oito horas que haviam iniciado de semblante grave, a audiência teve novidades e vantagens. A novidade é que Oliveira Costa não se vai imolar e denunciará antigos compinchas às autoridades. A vantagem é que se diz "basta!" àquele espécie de monólogos "não sei", "não vi", "não pude" dos ex-gestores e accionistas do BPN.

O próprio Oliveira Costa entra no rol do "pobre coitado", quando diz que não tinha "password" do banco, que foi empurrado para ser centralizador, que agiu sob coacção. Foram meses e meses a ouvir disto naquela sala presidida por Maria de Belém, com o hilariante clímax do B.I. (Banco Insular) que Joaquim Coimbra ouvia do Conselho de Administração julgando ser o Bilhete de Identidade. Muitos poderiam ser os termos confundidos por Joaquim Coimbra. BI, de biltre, por exemplo. Oliveira Costa chamou-lhe "palemão". E depois, sobre o contrato do Siresp: "Coitado do Daniel Sanches. Assinou um papel. Estava tudo feito." É claro que estava tudo feito.

É preciso lembrar que toda esta gente fez negócios durante anos, no que degenerou num caso de polícia. O que está em causa não é má gestão, é crime, é suspeita de lavagem, de burla, de corrupção ao mais alto nível. O próprio Oliveira Costa assumiu que pagou "avenças" a políticos, que havia "comissões" para "lubrificar" acor-

dos, assinaturas falsas, negócios fechados por um euro que custaram 35 milhões. Histórias com sírios, porto-riquenhos, líbios, libaneses, suspeitos de tráfico de armas, americanos, supostos interessados no banco e no grupo que foram enjeitados, feitos por gente de reputação duvidosa.

Quando tudo andava bem, era como o poema de Drummond de Andrade, que adapto: "José amava Joaquim que amava Almiro que amava Daniel que amava Manuel que amava Aníbal que não amava ninguém."

Sim, muita desta gente cresceu politicamente com Cavaco Silva, com quem esteve ligado até hoje (Coimbra é um dos seus empresários-modelo). A própria ligação ao BPN o fragiliza, mesmo que não haja ponta de mácula: Cavaco foi accionista, garante o "Expresso", numa informação nunca desmentida. A insustentável permanência de Dias Loureiro no Conselho de Estado, que terminou ontem de forma pacata após demonstrações de repúdio de Lobo Antunes e Capucho, quando devia ter sido Cavaco Silva a defenestrá-lo politicamente, prejudicou a imagem do Presidente, do Estado e do PSD, berços políticos desta gesta. Até porque o BPN ameaça transformar-se para o PSD no que o Freeport se tornou para o PS. Incluindo ser arma de arremesso político.

Enquanto isso, e também por causa disso, os contribuintes vão injectando dinheiro na Caixa. O surto de amnésia e de desresponsabilização dos que vão passando pelo Parlamento e dos que lá são citados (incluindo Fernando Fantasia, António Franco, Emanuel Peixoto, Ricardo Pinheiro e António José Duarte) não pode anestesiar-nos. É preciso ter uma lata sem limites para dizer que a SLN tinha património que equilibrava as insuficiências, quando o buraco se estima em quase dois mil milhões de euros. Advinhe quem paga a conta.

Pelo menos numa coisa Oliveira Costa não mentiu: "Ter pegado no BPN foi uma tragédia". Está coberto de razão.



A Cor do Dinheiro



CAMILO LOURENÇO

Aleluia! "Praise the... Commission"

Dias Loureiro tirou finalmente as devidas ilações do seu envolvimento no BPN. Por pressão de Cavaco? Por ter sido desmentido quanto à reacção à capa da "Exame", que, alegadamente, o deixou tão preocupado que correu a falar com António Marta? Porque as autoridades estão a investigar a sua conduta?

Ao demitir-se agora, Loureiro ficou com dois problemas. O primeiro é que ficou mais fragilizado: demitiu-se depois de "bombardeado" por vários lados. Ou seja, por força dos acontecimentos, e não da sua vontade.

O segundo é que salpicou Cavaco Silva. É certo que o Presidente (que ficou desconfortável com a situação) não pode demitir os Conselheiros de Estado. Mas chegava um pequeno recadinho à orelha de Loureiro para este ter saído mais cedo. Ora Cavaco não só não o fez (alguém acredita que se o tivesse feito o seu amigo teria saído), como ainda disse confiar na sua palavra quando Loureiro lhe afiançou que não tinha feito nada de errado.

Cavaco Silva, pela imagem de seriedade que (justamente) lhe colam, não devia ter deixado as coisas chegarem até aqui. Porque há por aí muita gente aflita nos meios políticos que tem muito interesse em envolvê-lo neste caso. Com dois objectivos: baralhar a opinião pública e influenciar as decisões dos tribunais. Cavaco tinha a obrigação de saber disso.

Uma palavra final para o Parlamento: que tal se outras comissões "adoptassem" a eficácia desta? Não era uma forma de aproximar a opinião pública da classe política?



editorial

A queda de um anjo cavaquista

Manuel Dias Loureiro era, até há pouco tempo, olhado como uma espécie de cavaquista modelo. Mas a explosão do caso BPN manchou inevitavelmente a carreira do ex-ministro e conselheiro de Estado, escolhido pelo Presidente da República.

Há muito que a pressão sobre Dias Loureiro era exercida, dentro e fora do Conselho de Estado, dentro e fora do PSD. Não faltaram as vozes que o aconselhavam a abandonar o cargo. Bizarro é o *timing* escolhido para a renúncia. A decisão peca por tardia.

Mal foram notadas as primeiras contradições, e levantadas as primeiras suspeitas, Dias Loureiro devia ter-se demitido.

O que aqui está em causa é uma questão de ética, e não de apuramento de culpa ou falta dela. Essa tarefa compete aos tribunais e é nessa sede que Dias Loureiro tem de se defender, se for caso disso.

Por mais que recuse comentar as acusações feitas por Oliveira Costa, o facto é que renunciou ao cargo no Conselho de Estado no dia seguinte às declarações do ex-presidente do BPN na Assembleia da República. O Conselho de Estado conferia a Dias Loureiro um estatuto de imunidade, certamente confortável. Vir agora dizer que tem todo o interesse no esclarecimento deste caso e anunciar com ar cândido que escreveu ao PGR a pedir para ser ouvido não chegam para atenuar o tempo em que resistiu a demitir-se.

Cavaco Silva andou meses a fio a carregar um fardo político chamado Dias Loureiro, quando a mais elementar regra de solidariedade política e pessoal exigia o contrário. Como amigo e colaborador próximo, Dias Loureiro sabe que o Presidente da República tem como característica não deixar cair os seus amigos. Ficou-lhe por isso mal sujeitá-lo a este embaraço.

Coreia do Norte tem de ouvir “basta”

As ameaças guerreiras da Coreia do Norte costumam ser mera retórica em busca de concessões da comunidade internacional. O regime comunista que há seis décadas manda no país tem conseguido assim que os EUA lhe enviem petróleo e que a Coreia do Sul lhe forneça alimentos. É a forma que Kim Jong-il encontrou para sustentar uma população famélica – e que enfrenta frios glaciares no Inverno – e garantir a sobrevivência da dinastia fundada pelo seu pai, Kim il-Sung. Mas à agressividade verbal, os norte-coreanos somam uma poderosa máquina militar convencional e também armas nucleares, confirmadas pelos testes desta semana. O que significa que a forma como se interpretam as suas chantagens tem de ser cautelosa. Qualquer acção brusca pode conduzir a um incidente bélico ou a uma desagregação súbita do regime que teria consequências dramáticas para toda a Península. Contudo, a comunidade internacional não pode ficar quieta enquanto os norte-coreanos insistem em desafiar tudo e todos, ao ponto de considerarem agora nulo o armistício de 1953 e advertirem os sul-coreanos de que a guerra é uma probabilidade se colaborarem no esforço de travar o programa nuclear de Pyongyang. Uma mensagem de dureza da ONU exige-se, com apoio russo e chinês, mas Moscovo e Pequim têm também obrigação de, em privado, chamarem a atenção ao seu aliado. ■



Opinião

De lambreta e de bólido



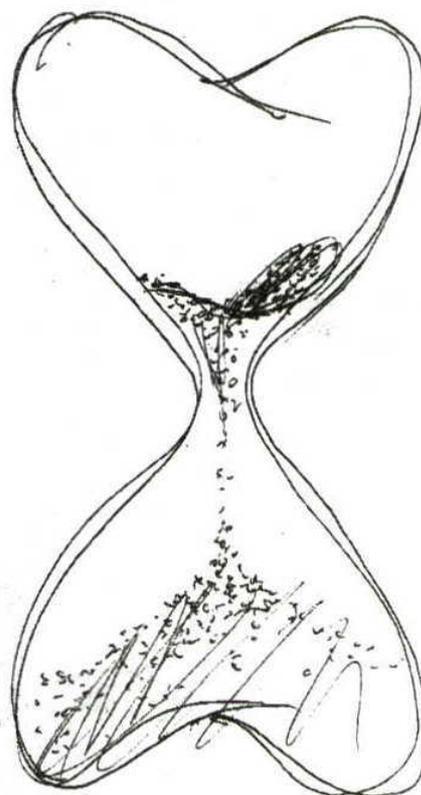
PAQUETA DE OLIVEIRA
SOCIÓLOGO E PROFESSOR DO ISCTE

Já elogiei aqui o trabalho que a comissão parlamentar encarregada de efectuar o inquérito ao caso BPN está a realizar. É provavelmente um dos últimos feitos mais positivos para prestigiar a Assembleia da República e a actividade parlamentar. Por uma vez fica bem claro o serviço público que os deputados podem prestar para esclarecer a consciência política do país. E bem precisam os deputados da nação de demonstrar ao povo a importância e utilidade das suas funções.

O cunho de transparência que a Assembleia da República resolveu dar a este inquérito confere ainda uma outra característica de lealdade para com a democracia, pois eram muitos aqueles que propugnavam pelas portas fechadas do Parlamento. De portas abertas, ou melhor até, escancaradas pelos fios de prolongamento e repercussão que os média garantem às indagações a decorrem naquela sala de muitos segredos, não será de excluir que esta diafanidade, por certo adoptada pelos deputados como uma qualidade abonatória para a democracia, esteja a contribuir para ocasionar na opinião pública grande espanto e enorme perplexidade pelo enredo escondido de como se fazem as coisas (ou as patranhas) do reino.

Com o inquérito a caminho do fim, e quando muito a beneficiar de mais 30 dias quanto lhe garantem as regras, todo este prestimoso trabalho terá apenas e tão-só o fim que pode ter: um fim político. Quer dizer, concluído o inquérito e redigido o respectivo relatório, julgo eu, os efeitos sancionatórios não passam da "mácula pública" e do equivalente "castigo social" que, entretanto, a revelação de coisas e coisas geraram. Não é que estes danos já não sejam destrutivos para aqueles atingidos por esses efeitos. Mas o grande problema de dimensão pública e com efeitos reparadores para a coesão do "corpus societário" que a todos nos engloba é que só as sentenças da Justiça os podem operar. E, aqui, deflagra um enorme buraco do Estado, o popularmente mais sensível busfilis da questão: Quando será que a Justiça está em condições de pronunciar as sentenças sobre estes factos e sobre as personagens e situações que os envolvem?

E agora é que vem a história do andamento de lambreta e do de bólido. De bólido, e nem se pode dizer que era daqueles pertencentes à Formula 1,



FRANCSO PROVIDÊNCIA

andaram os deputados. De lambreta vão os procedimentos da Justiça para chegar a uma meta, a um desfecho, seja qual seja. E lá vêm os tempos, o da Justiça e o da política.

Efectivamente, já se sabe, diz-se e rediz-se, para aplicar Justiça, na sequência de investigação laboriosa e cuidada, é preciso tempo. Mas este é um drama da Justiça portuguesa, que a Justiça e a política têm de resolver. E em tempo recorde. Sem adiamentos. Sob pena de ser cada vez mais junto do povo a Justiça a ficar "condenada". Talvez não há problema na actual sociedade portuguesa que tenha de ser resolvido o mais depressa possível. O povo que não acredita na Justiça, não acredita em nada, à escala do Mundo.

Defendo absolutamente que a morosidade da Justiça é condição endócrina às suas instituições e agentes. Mas essa condição vale para este país, como para a Inglaterra, os EUA, a Alemanha e outros. E compare-se a velocidade das "lambretas", nos casos mais recentes nesses países, e muito similares aos nossos, com o lento andamento dos nossos casos. Seja o do caso BPN, seja o do Freeport e outros que por aí andam.



Uma linha a mais

O teatro da crise



Miguel Gaspar

Antonin Artaud, o dramaturgo maldito do surrealismo francês, defendia que o verdadeiro teatro nascia da peste. Entenda-se a peste como praga, que destrói as barreiras políticas e morais, que libertaria o inconsciente dos seres humanos e mergulhá-los-ia “no gratuito imediato que conduz a actos inúteis sem proveito no presente”, escrevia Artaud. A crise económica, que como as pragas é portadora de um medo singular que interiorizámos, parece também estar na origem de um estranho e novo teatro. Não tanto da crueldade, mas do absurdo. Nele coabitam os que têm e os que não têm poder.

Em França, apareceu uma fúria que leva os trabalhadores a bloquear os patrões dentro das empresas, uma espécie de *lock in* em vez do tradicional *lock out*. Por todo o lado, a tónica é a perseguição aos banqueiros e aos grandes financeiros, culpados pelo pecado mortal da gula. Com excepções. No Reino Unido, os membros do mais antigo Parlamento do mundo são apanhados em irregularidades que até há pouco tempos seriam inimagináveis. Demite-se um *speaker* pela primeira vez desde

1709, são suspensos lordes pela primeira vez desde 1641 - o velho Parlamento parece reduzido ao cenário de um teatro anacrónico. Em Itália, onde o poder político e económico se confundem, Silvio Berlusconi torna-se o personagem central do teatro do desencanto. Um personagem burlesco que transforma a política em *reality show*, a pátria de Leonardo e de Rafael num palco da alarvidade. Se vivesse hoje, Leonardo teria de substituir a sua Virgem dos Rochedos por uma Virgem da Piscina, à medida das televisões de Berlusconi. E Rafael teria de transferir o cenário da sua *Escola de Atenas* para o Estádio de S. Siro, onde, em vez de Platão e Aristóteles, os treinadores do Inter e do AC Milan, Mourinho e Ancelotti, discutiriam qual das duas teorias explica melhor a essência do mundo, se o 4x4x3 se o 4x4x2.

Em Portugal, o banqueiro da crise chama-se Oliveira Costa. Também ele teve direito a um momento - um longo momento - de protagonismo dramático. Um teatro cruel, à sua maneira, em que o único preso do caso BPN navegou entre os silêncios, as complicitades simuladas, os

Oliveira Costa falou com um objectivo, torpedear Dias Loureiro. Dias Loureiro não podia ter escolhido pior a altura para se demitir

excessos involuntários que um ponto insólito, mas solicito - o seu advogado - ia travando. Falou com um objectivo, torpedear Dias Loureiro, que atingiu plenamente. Ao longo daquelas imensas oito horas, a postura do orador impressionava. Falou de si como um perseguido, quis reduzir os deputados que o questionavam a uma plateia que ia deixando suspensa das respostas que dava e das respostas que omitia. Ironizou alegremente como se não fosse responsável por nada e o coro que o escutava os cúmplices da sua desgraça. O estilo foi muito da passagem de Oliveira Costa pelo Parlamento e o estilo foi uma teatralização absurda, gratuita e inútil. Como se a crise do BPN tivesse despertado no banqueiro caído em desgraça uma queda para a arte do monólogo, de um monólogo ao mesmo tempo irreal e desresponsabilizante.

O Parlamento, que tantas vezes é criticado, carece de um aplauso real. Sem esta audição e sem os deputados Nuno Melo, do CDS, João Semedo, do Bloco, e Honório Novo, do PCP, a dimensão pública do caso BPN teria permanecido camuflada nos labirintos cinzentos da nossa justiça, teatral na arte de deter, mas com tendência para o anticlímax na hora da verdade.

Dias Loureiro não podia ter escolhido pior a altura para se demitir. Revelou-se fraco actor no momento da reacção. E não foi por ter respondido no intervalo da final da Liga dos Campeões - mas é um palco à altura das crises modernas, o intervalo. *Jornalista, (miguel.gaspar@publico.pt)*



Editorial José Manuel Fernandes

Tarde demais para quem se afirma impoluto

A demora de Dias Loureiro a renunciar ao lugar de conselheiro de Estado degradou a imagem das instituições e prejudicou a sua própria posição, pois surgiu como alguém à procura de protecção

Foi muito tempo, demasiado tempo. Foi tarde e em más condições, depois de passar uma vergonha. E foi só quando se sentiu definitivamente acochado e sem alternativa.

Ontem, por fim, Manuel Dias Loureiro renunciou ao Conselho de Estado. Mas a verdade é que desde que se começaram a avolumar as suspeitas sobre o seu envolvimento no caso BPN/SLN, que cada dia, cada hora, cada minuto que demorou até tomar a decisão de se afastar contribuiu para degradar a imagem pública da nossa democracia pois minou ainda mais a confiança dos cidadãos nas instituições da República.

Há muito que o problema deixou de ser saber se Dias Loureiro está ou não inocente. Mais: soube-se sempre que só poderia, nesta fase, ser considerado inocente pois é esse o princípio basilar da Justiça, em que se tem de respeitar a presunção de inocência.

Mas poucos como o próprio Dias Loureiro saberão tão bem que, em política, tal como na vida pública, o que parece é. E o que parece é que, pelo menos, ele faltou à verdade durante a sua ida à Comissão de Inquérito ao caso BPN. O que antontem foi ouvido a Oliveira Costa não vale pela imensidão dos detalhes, mas vale por corroborar as versões de pessoas com uma imagem de seriedade sólida, como António Marta, vice-governador do Banco de Portugal.

Começar por reagir, como o fez ao início do dia, que não esperava outro depoimento de Oliveira Costa parecia indicar que teimaria na sua versão sobre cuja veracidade se tinham espalhado dúbidas indelévels, dúbidas que não se limpariam com uma simples reafirmação de tudo o que disse, como parecia determinado a fazer ainda ontem de manhã. Isto quando, na opinião pública cresciam não apenas as dúbidas sobre se falou verdade, mas também sobre todo o seu comportamento no caso BPN/SLN. Dúbidas sobre o seu comportamento ético e o seu comportamento no quadro

das leis da República.

Por isso há muito que Dias Loureiro deveria ter renunciado ao seu mandato como membro do Conselho de Estado. Até porque tal não corresponderia a uma admissão de culpa, porventura o gesto até poderia ser lido como o de alguém firmemente confiante na sua inocência e no bom funcionamento da Justiça. Todo o tempo que demorou a renunciar ao Conselho de Estado, Dias Loureiro só permitiu que se adensassem as suspeitas que rodeiam o seu comportamento ao transmitir a ideia de que necessita da sombra protectora daquele lugar público.

Para além disso, com essa sua teimosia, embaraçou todos os restantes membros do Conselho de Estado - o que levou a que alguns condenassem em público o seu comportamento - e colocou numa situação politicamente insustentável o Presidente da República. Mas a teimosia que parecia manter-se de manhã desapareceu à tarde e, tardiamente é certo, Dias Loureiro lá apresentou a sua renúncia.

O que se passou entretanto? Que se saiba, uma conversa com o Presidente da República. Do que falaram, ao contrário do que sucedeu em Fevereiro, Dias Loureiro pouco disse além de que comunicara a sua intenção de renunciar ao cargo e, assim, pedir para ser ouvido pela Procuradoria-Geral da República.

É uma explicação manca. O estatuto dos membros do Conselho de Estado, apesar de não lhes dar a imunidade conferida a outros membros de órgãos de soberania, não exige que renuncie para ser ouvido. Permite-lhe antes que só saia daquele órgão por vontade própria ou por incapacidade permanente (o PR, que o escolheu, não podia demitilo) e até tem a possibilidade de não renunciar, antes de pedir para ser substituído temporariamente. Mais: "movido procedimento criminal contra algum membro do Conselho de Estado

e indiciado este definitivamente por despacho de pronúncia ou equivalente, salvo no caso de crime punível com pena maior, o Conselho decidirá se aquele deve ou não ser suspenso para efeito de seguimento do processo". Ou seja, do ponto de vista legal Dias Loureiro até poderia vir a sentar-se no banco dos réus sem que isso sequer implicasse a sua suspensão do Conselho de Estado, muito menos a sua renúncia.

Isto significa que Dias Loureiro renunciou por razões políticas. Nas declarações que fez indicou algumas delas, há muito evidentes, como o facto de se julgar que se protegia da Justiça sob a aba de conselheiro de Estado. Falta saber se o fez por sua exclusiva iniciativa ou se a tal foi aconselhado pelo Presidente.

Em Fevereiro deste ano Dias Loureiro também já havia pedido para falar com o Presidente e, à saída, quebrou uma regra de ouro sempre seguida por Cavaco Silva: tornou pública a sua versão da conversa, dizendo a uma rádio que este lhe reiterara a sua confiança. Levantei, nessa altura, a hipótese de Dias Loureiro ter estendido uma armadilha ao Presidente, que no dia seguinte teve de justificar porque o recebera e acrescentar que não tinha elementos para contrariar a versão que ele lhe transmitira da sua participação no caso BPN. É possível que ontem a conversa não tivesse decorrido da mesma forma, mesmo que formalmente a decisão de apresentar a renúncia tivesse de ser sempre de Dias Loureiro. E um dos motivos porque isso pode ter acontecido é que o embaraço do Presidente começava a desgastá-lo e, ontem mesmo, ele iria estar numa cerimónia pública (a entrega dos prémios Secil) onde teria de responder às perguntas dos jornalistas.

Era pois interessante saber como o homem que de manhã parecia determinado na sua teimosia, à tarde lá terminou a sua reflexão de 15 dias e, num acto de decência mínima, renunciou ao cargo. Por fim.



actual

PARTIDO SOCIALISTA DEIXA CAIR VÍTOR CONSTÂNCIO

■ JOÃO PEDRO HENRIQUES

O PS já decidiu: vai deixar cair Vítor Constâncio. O relatório final da comissão parlamentar de inquérito ao BPN será crítico para com a actuação do governador do Banco de Portugal neste caso. E se-lo-á com o consentimento da maioria socialista na comissão.

Face à acumulação de indícios na comissão de inquérito apontando para uma actuação negligente do banco central face ao Banco Português de Negócios, a direcção da bancada parlamentar socialista já percebeu que é impossível ilibar Constâncio. Isto por mais importante que seja a ligação histórica do governador ao PS (foi secretário-geral do partido de 1986 a 1989). "É impossível não criticarmos", admitiu ontem ao DN um membro da direcção parlamentar socialista.

Resta agora saber as consequências políticas que terá sobre a continuidade de Constâncio como governador a aprovação de um relatório crítico da comissão de inquérito. Por lei, um processo de exoneração forçada é muito complexo, tendo que passar pelo Banco Central Europeu, que nos seus estatutos garante a independência dos chefes dos bancos centrais face aos respectivos governos. A nomeação ocorre por proposta do ministro das Finanças, em resolução do Conselho de Ministros.

Falhando o apoio do PS na comissão parlamentar de inquérito, isso significa que deixa de existir o apoio do respectivo Governo. Foi um governo do PS que nomeou Constâncio governador pela primeira vez (Fevereiro de 2000) e foi um governo do PS (o actual) que o reconduziu (Maio de 2006). O consulado do ex-secretário-geral do PS à frente do banco central "apanhou" todo o processo de degradação do BPN, que levou à necessidade, inédita desde o período revolucionário, de o Governo nacionalizar o banco, para evitar a sua falência. O "buraco" no BPN está avaliado em 1800 milhões de euros.

A constatação, pelo PS, de que é impossível ilibar o governador de

perfil

Vítor Constâncio

- 66 anos, catedrático em Economia
- Ministro das Finanças em 1978
- Eleito deputado em 1976. Presidiu à comissão de Integração Europeia
- Governador do Banco de Portugal de 1985 a 1986
- Líder do PS de 1986 a 1989
- Tem 46 anos
- Administrador do BPI e da EDP de 1995 a 2000
- Governador do Banco de Portugal desde 2000

Vítor Constâncio, 66 anos, nado e criado naquele que ainda hoje é um dos bairros mais pobres de Lisboa (Bairro da Liberdade), é o caso típico de um quadro técnico com uma forte formação académica que tentou, em tempos, dar um salto para a política – e falhou.

Licenciado em Economia, filiou-se no PS após o 25 de Abril, proveniente dos sectores católicos progressistas (como António Guterres, aliás). Em 1986 aconteceu-lhe ser o primeiro secretário-geral do partido do PS após a carismática liderança fundadora de Mário Soares. Concorreu contra Cavaco Silva ao cargo de primeiro-ministro e perdeu.

Nessa altura (1986) já tinha vasta experiência de Governo (secretário de Estado e, em 1978, ministro das Finanças). Até já tinha sido governador do Banco de Portugal (de 1985 a 1986). Na política deu-se mal.

Em 1989 demite-se da liderança do PS, agastado com as interferências de Soares (então já Presidente da República) no interior do partido. Regressou à carreira de gestor da banca (no BPI, entre 1995 e 2000), passou também pela administração da EDP (no mesmo período), sendo ao mesmo tempo professor universitário (é catedrático no ISEG).

Em 2000, sendo António Guterres primeiro-ministro, Vítor Constâncio foi nomeado outra vez governador do Banco de Portugal, cargo que ainda hoje ocupa.



Actuação de Vítor Constâncio na supervisão ao BPN não deixará de ter consequências no relatório

responsabilidades no caso, será, no conjunto das pressões para que Constâncio se demita, uma espécie de cereja no topo do bolo.

As vozes mais veementes defendendo que se deve demitir têm-se ouvido no CDS. Começando por Paulo Portas, líder do partido, e acabando em Nuno Melo, o coordenador dos deputados centristas na comissão de inquérito. Em Novembro do ano passado, face a exigências de Portas para que se demitisse, Constâncio respondeu: "Nada me pesa na consciência em termos de ter cometido qualquer acto, deliberado ou por omissão, para ter contribuído para esta situação."

O PCP exige o mesmo. Anteontem o deputado Honório Novo, membro da comissão parlamentar de inquérito, afirmou que "Vítor Constâncio já tem matéria de facto e de conteúdo para ter pedido a sua demissão." Fê-lo quando confrontado com o facto de o Banco de Portugal ter recusado enviar vários documentos

Vítor Constâncio já tem matéria de facto e de conteúdo para ter pedido a sua demissão

Honório Novo
Deputado do PCP

requeridos pela Assembleia. "A punição para o crime de desobediência qualificada está definida no código penal com pena de prisão ou multa", comentou o parlamentar comunista. O Bloco também há tinha pedido a demissão do governador. Constâncio disse ontem, no Parlamento, que a oposição lhe faz exigências de supervisão que transformariam o banco central numa espécie de "KGB e FBI juntos".

Na oposição, o PSD foi, até agora, o único partido que não exigiu a

Constâncio que se demitisse. Na verdade, dentro do PSD, só o ex-líder Luís Filipe Menezes se pronunciou nesse sentido. Em Março passado, num jantar promovido por um blogue do Porto, o presidente da câmara de Gaia disse que "há muito" que Constâncio se deveria ter demitido do cargo. "Não digo que tenha tido algo a ver [com o escândalo no BPN] mas Jorge Coelho também nada teve a ver com a queda da Ponte de Entre-os-Rios e demitiu-se quando ela aconteceu", disse.

Já em Janeiro do ano passado, Menezes tinha pedido o mesmo – então ainda líder do PSD – por causa do escândalo à volta do BCP. "Queremos saber se o governador do Banco de Portugal há três anos sabia exactamente o mesmo que soube dias atrás quando tomou a iniciativa de inibir um conjunto de administradores do BCP. Se isso se vier a verificar nós vamos exigir que seja demitido, que seja afastado do seu cargo", disse então. ■

Dois anos de revelações constantes

Em 2007, tudo não passava de um diz-que-disse. Entrada de Cadilhe no BPN destapou crimes. Dias Loureiro foi arrastado pelas revelações sobre a gestão do BPN

2007

• O Banco de Portugal pede ao grupo SLN/BPN que clarifique a sua estrutura accionista e proceda à separação entre as áreas financeiras e não financeiras.



FEVEREIRO 2008

• Oliveira e Costa abandona a presidência do grupo SLN/BPN, invocando problemas de saúde. Accionistas defendem nova equipa de gestão.

JULHO DE 2008

• Miguel Cadilhe, antigo ministro das Finanças e ex-administrador do BCP, é eleito presidente do grupo SLN/BPN, substituindo Abdool Vakil.



Dias Loureiro pediu para ser ouvido depois de se demitir

■ CARLA AGUIAR

Chegou descontraído e confiante à estação de Carnaxide, num Jaguar XF, com o ar de quem tem um trunfo na manga, mas foi parco e titubeante a explicar a polémica demissão do Conselho de Estado, ontem anunciada. Na entrevista ao *Jornal da Noite*, Manuel Dias Loureiro disse ter escrito ontem uma carta ao procurador-geral da República – que só hoje será recebida – para ser ouvido no âmbito do processo BPN. Insiste, no entanto, em negar qualquer ligação entre essa decisão e as sérias acusações de facto e de carácter lançadas na véspera pelo ex-presidente do BPN, Oliveira Costa. E também ao repto de João Lobo Antunes, conselheiro de Estado muito próximo de Cavaco Silva, segundo o qual a sua demissão seria "um dever patriótico".

Para quem esperava uma reação e um desmentido categórico às acusações feitas na terça-feira, Dias Loureiro desiludiu: "Não vou comentar nada sobre o que senhor Oliveira Costa disse", garantiu o ex-ministro de Cavaco Silva. Questionado sobre o *timing* da demissão – há muito defendida por diversos sectores da sociedade –, relacionou-o, de forma algo confusa, aos rumores de que teria sido pedido um levantamento da sua imunidade pela PGR. "Há uns 15 dias ou três semanas, pessoas conhecidas e jornalistas foram-me ligando sobre a existência de um pedido de levantamento da imunidade", adiantou. E prosseguiu: "Eu pensei sobre o assunto e perguntei a Belém se havia algum pedido para eu ser ouvido." Do palácio presidencial foi-lhe dito que não havia nenhuma iniciativa nesse sentido, reforçando-lhe a



Dias Loureiro, nos estúdios da SIC, minutos antes de uma entrevista em que pouco esclareceu

ideia de que "todas essas notícias eram falsas". Ontem foi recebido pelo Presidente da República, a seu pedido, num encontro, seguramente sensível, em que Dias Loureiro diz ter comunicado a sua demissão a Cavaco Silva porque se estava a passar a ideia de que ele se queria proteger no Conselho de Estado, como um "resguardo". Ora, "eu sei aquilo que fiz e sei que não foi nada ilegal", disse.

Confrontado ontem à noite, pela RTP, sobre se tinha tido algum papel na demissão do seu conselheiro, o Presidente não confirmou, mas também não desmentiu. Cavaco Silva reafirmou que a reunião foi a pedido de Dias Loureiro, limitando-se a reiterar posições assumidas anteriormente. Ou seja, que não faz distinções entre os seus 19 conselheiros e que, "do ponto de vista penal", não tem informações que o impeçam de exercer as funções.

Estava a passar a ideia de que o Conselho de Estado me estava a proteger

Dias Loureiro

Conselheiro de Estado demissionário

Mas o ex-ministro do PSD terá percebido as afirmações de Lobo Antunes – que foi mandatário nacional de Cavaco Silva – como um recado directo do Chefe do Estado.

Isto, conjugado com o facto de todos os partidos considerarem que se devia demitir, contribuiu para a sua decisão. O seu partido já tinha deixado de o apoiar há muito. Ontem, confrontado com a demissão de Dias Loureiro, Paulo Rangel, líder parlamentar do PSD, afirmou que teria sido preferível esta decisão "mais cedo". "Há muito que tinha uma ideia sobre esta matéria, pelo que vejo com naturalidade, sentido de Estado e favor para as instituições do Estado esta decisão", afirmou. Um outro conselheiro, Almeida Santos, do PS, tinha-lhe aconselhado, numa entrevista à Antena 1, que suspendesse o cargo. Por outro lado, na comissão parlamentar de inquérito, Dias Loureiro tinha sido o único depoente a ser forçado a lá ir duas vezes. ■ Com J.P.H.

perfil

Manuel Joaquim Dias Loureiro

- Conselheiro de Estado demissionário
- Tem 57 anos
- Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito de Coimbra
- Ex-secretário-geral do PSD
- Ex-governador civil de Coimbra, ex-ministro dos Assuntos Parlamentares e da Administração Interna, ex-presidente do grupo SLN, que detinha o BPN.

Manuel Dias Loureiro ascende a figura de topo no PSD quando, em 1985, ajuda à conquista da liderança do partido por Cavaco Silva, no famoso congresso da Figueira da Foz. Fica secretário-geral do partido. Começa, aos poucos, a dominar o aparelho do PSD. Tornou-se, internamente, arqui-rival de Fernando Gueira (hoje afastado da política), o primeiro líder dos sociais-democratas depois de Cavaco Silva ter deixado a liderança. Hoje, aos 57 anos, tendo-se demitido do Conselho de Estado, é muito provável que tenha encerrado de vez a sua carreira política. E a empresarial não se sabe em que condições prosseguirá. Nos governos de Cavaco (de 1985 a 1995), Dias Loureiro foi ministro dos Assuntos Parlamentares e da Administração Interna. Tutelando esta pasta, em 1994, foi quem teve de enfrentar o "buzinão" da Ponte 25 de Abril. Já antes tinha enfrentado, na mesma pasta, os "secos e molhados" (quando, no Terreiro do Paço, polícias do Corpo de Intervenção carregaram, com jactos de água, sobre uma manifestação de polícias que exigiam direitos sindicais). Saiu do Governo em 1995 e não voltou. Dedicou-se aos negócios. Foi, em 2006, um dos cinco eleitos de Cavaco para representar a sua quota pessoal no Conselho de Estado.

Conselho de Estado

É o órgão político de consulta do Presidente da República. É presidido por este e é composto, além de Cavaco Silva, pelo presidente da Assembleia da República, pelo primeiro-ministro, pelos presidentes dos governos regionais, presidente do Tribunal Constitucional, pelo provedor de Justiça, pelos antigos chefes de Estado e por cinco cidadãos eleitos pelo Parlamento e outros cinco indicados pelo Presidente da República. Dias Loureiro foi uma escolha de Cavaco Silva.



Participe HOJE

Messi é melhor que Ronaldo?

Sim Não

votação final de ontem

Depois das declarações de Oliveira e Costa no Parlamento, Dias Loureiro deve sair do Conselho de Estado?

Resultados: 1565 votos

Sim: 1468 votos

94%

Não: 97 votos

6%

Inquérito feito aos leitores do DNonline

OUTUBRO 2008

• Miguel Cadilhe denuncia vários crimes financeiros que teriam ocorrido ao nível da gestão do banco, envolvendo três quadros superiores.

NOVEMBRO DE 2008

• Oliveira Costa é detido e presente ao Tribunal Central de Instrução Criminal. São-lhe imputados seis crimes relacionados com a sua gestão.



NOVEMBRO 2008

• Dias Loureiro garante desconhecer existência do Banco Insular e afirma que pediu ao Banco de Portugal "especial atenção" ao BPN em 2002.



NOVEMBRO 2008

• António Marta afirma que Dias Loureiro lhe foi perguntar "porque é que o Banco de Portugal andava tão em cima do BPN".



Investigação a Dias Loureiro envolve negócio de Porto Rico

Processo. O ex-quadro da Sociedade Lusa de Negócios pediu para ser ouvido no âmbito da investigação ao BPN. Mas as diligências em curso ainda estão só centradas nos actos praticados por Oliveira Costa e Luís Caprichoso

■ CARLOS RODRIGUES LIMA

É sobre o eixo Marrocos-Porto Rico que deverá incidir uma investigação do Ministério Público aos actos praticados por Dias Loureiro enquanto quadro do Grupo Sociedade Lusa de Negócios. Ao que o DN apurou, a ligação entre o negócio da Redal, em Marrocos, e a compra da Biometrics, em Porto Rico, pode levantar suspeitas quanto aos reais beneficiários. Ontem, Dias Loureiro revelou que pediu para ser ouvido na investigação em curso ao caso BPN, algo que não deverá acontecer por agora, porque os investigadores ainda estão centrados nos actos de Oliveira Costa e em alguns dos seus colaboradores directos.

Nas declarações que prestou aos deputados da Comissão de Inquérito ao BPN, Oliveira Costa, ex-presidente do banco, revelou ter existido uma relação entre ambos os negócios, tendo como pivô El Assir, um empresário libanês, que lhe foi apresentado por Dias Loureiro. Ao mesmo tempo que estava a negociar a venda da Redal, consórcio em Marrocos participado pela SLN

para o tratamento de águas residuais, aos franceses da Vivendi, El Assir pressionava para que se concretizasse um negócio em Porto Rico. Este implicava a compra da empresa Biometrics, que tinha como accionista o próprio El Assir.

Aos deputados, Oliveira Costa, que se encontra preso preventivamente, revelou que numa noite recebeu um contacto de Dias Loureiro, no qual o então administrador lhe transmitiu um ultimato de El Assir: "Ou a compra da Biometric ia para a frente ou desligava-se do apoio que estava a dar ao grupo [SLN] para vender a Redal." O ex-presidente revelou ainda que teve um encontro, em Cascais, com Dias Loureiro e El Assir para debater a questão. "Estavam os dois à minha espera", contou o ex-presidente do BPN na Comissão Parlamentar de Inquérito.

Do ponto de vista criminal, segundo disse ao DN um procurador em matéria de crime económico, o que está em causa é simples: se



A SLN acusa ontem o ex-administrador do banco de ter mentido aos deputados no Parlamento

houve uma intenção de prejudicar o grupo SLN com os negócios de forma a que terceiros tenham obtido vantagens patrimoniais.

Traduzindo, Dias Loureiro teve ou não lucros pessoais com os dois negócios ou apenas com um, sabendo que estava a prejudicar os interesses da SLN? É esta a questão central que os investigadores do Departamento Central de Investigação e Acção Penal (DCIAP) têm de deslindar. Mas, segundo uma fonte deste departamento, a investigação ainda só está concentrada em Oliveira Costa e Luís Caprichoso, antigo administrador do BPN, constituído arguido no processo.

Só ao ex-presidente são imputados seis crimes relacionados com

actos de gestão. O Banco Insular de Cabo Verde está no centro da investigação. Só por sua conta, Oliveira Costa é suspeito de ter feito levantamentos a descoberto na ordem dos nove milhões de euros. O passivo total desta instituição bancária ultrapassa os 500 milhões.

Loureiro defende-se

Ontem, em entrevista à SIC, o ainda conselheiro de Estado (*ver texto nestas páginas*) garantiu: "Sei que não fiz nada de ilegal." O DN tentou contactar Dias Loureiro, mas até à hora do fecho desta edição tal não foi possível. Entretanto, e como adiantou o DN na manhã de ontem (www.dn.pt), o Ministério Público não enviou qualquer pedido ao Conselho de Estado para um levantamento da imunidade a Dias Loureiro. ■

SLN acusa Oliveira Costa de mentir

Os accionistas da SLN, entre os quais está Joaquim Coimbra, acusam Oliveira Costa de mentir e de ocultar os factos que provocaram o colapso do banco. Terça-feira, no Parlamento, Oliveira Costa fez alusão ao grupo dos dez accionistas que recusou três oportunidades para vender o banco. Em reacção, a SLN emitiu ontem um comunicado, assinado por nove accionistas, no qual acusam o ex-banqueiro de **várias omissões e "inverdades"**. Os nove accionistas manifestam ainda a sua disponibilidade para serem ouvidos na comissão de inquérito parlamentar.

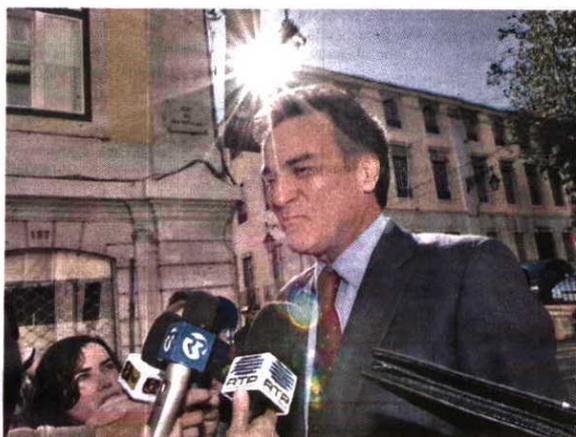
O advogado amigo de Oliveira e Costa

Leonel Gaspar é o advogado que acompanha o ex-presidente do BPN. Na classe jurídica pouco se sabe do homem que é muito próximo do seu cliente

De Leonel Gaspar pouco se conhece. Antes da investigação ao ex-presidente do BPN se ter tornado pública, o nome deste advogado era praticamente desconhecido. Seis meses depois da detenção do seu cliente a curiosidade por este advogado de Lisboa começa a surgir. Este foi o homem que na quarta-feira acompanhou o seu cliente durante as oito horas de audição na comissão de inquérito frente aos deputados. E que, algumas vezes, com um leve aperto no braço, o aconselhava a moderar as palavras. Mais virado para a chamada

"advocacia de negócios", Leonel Gaspar aceitou esta defesa mais pela amizade que detém com o arguido há décadas. Sócio fundador do escritório Jurilis, este advogado esteve no processo da UGT que viria a durar duas décadas. Leonel Gaspar patrocinava o arguido Custódio Simões, também advogado. A sentença agradou a todos os advogados envolvidos: resultou na absolvição de 35 arguidos acusados de fraude na utilização de subsídios comunitários.

Com pouco mais de 50 anos, Leonel Gaspar pratica advocacia num



Leonel Gaspar é advogado e amigo do arguido

escritório no último andar de um prédio no Largo de Santa Bárbara, onde se situa o Conselho Distrital de Lisboa. É conhecido pelo seu feitio calmo, contido, seguro. Colegas que partilharam com ele uma sala de audiência apelidam-no de "cordato, bem educado e muito correcto".

Segundo explicou o DN em Novembro, os accionistas da Sociedade Lusa de Negócios estavam interessados em vender o seu capital no banco, depois da saída de Oliveira e Costa. Durante o mandato de Abdul Vakil, houve manifestações de interesse na compra do BPN. Um dos interessados era um grupo de empresários líbios cuja sondagem aos accionistas foi feita pelo actual advogado do ex-presidente. Gaspar enfrenta agora a defesa pelos crimes de burla qualificada, abuso de confiança agravado, fraude fiscal e branqueamento de capitais. ■ F.A.S.



DEZEMBRO 2008

• O Presidente da República, Cavaco Silva, diz que Dias Loureiro lhe garantiu solenemente não ter cometido irregularidades.

JANEIRO 2009

• Dias Loureiro diz que se demitia do Conselho de Estado se causasse embaraço ao Presidente da República, Cavaco Silva.



FEVEREIRO 2009

• Perdas do Banco Português de Negócios (BPN) atingem 1,8 mil milhões de euros, contabilizadas as imparidades nos bancos Insular, Cayman e IFI.

MAIO 2009

• Oliveira Costa arrasa Dias Loureiro no Parlamento. Ao DN, João Lobo Antunes defende a saída de Loureiro do Conselho de Estado

MAIO 2009

• Dias Loureiro anuncia demissão do Conselho de Estado e pede para ser ouvido na investigação do Ministério Público ao BPN.

reações

Ter-se-ia ganho em que esta decisão tivesse sido tomada mais cedo

Paulo Rangel

Líder parlamentar do PSD

(..) que o caso BPN não se confunda com este desfecho, cremos que o processo de investigação e apuramento da verdade deve continuar

Jerónimo de Sousa

Secretário-geral do PCP

A renúncia só é possível porque há uma comissão de inquérito a funcionar no Parlamento que tem descoberto a verdade

Paulo Portas

Deputado, líder do CDS-PP

Hoje, o BPN é um caso de polícia e não pode ficar apenas pela demissão de Dias Loureiro

Ida Figueiredo

Eurodeputada do PCP

Não poderia ser de outra forma porque a sua manutenção no Conselho de Estado aprisionava o Presidente da República

Francisco Louçã

Deputado do Bloco de Esquerda

A demissão de Dias Loureiro e a sua aceitação por parte do PR é um acto que responsabiliza os próprios

Ricardo Rodrigues

Deputado do PS

Entrevista António Marta

Ex-vice-governador do Banco de Portugal

“Estou totalmente disponível para voltar à comissão de inquérito”

■ PAULA CORDEIRO

Como viu as declarações de Oliveira Costa, ao desmentir Dias Loureiro, dizendo que foi o senhor que falou verdade? Sentiu-se reconfortado?

Já antes estava reconfortado, porque sabia perfeitamente o que disse na minha audição. Lembrou-me claramente daquela reunião [com Dias Loureiro]. Já alguém tinha dito igualmente na comissão que Dias Loureiro tinha comentado a reunião que teve comigo com Oliveira Costa. Agora, é sempre bom alguém vir corroborar as nossas declarações, dá sempre algum conforto.

Se for necessário, está disposto a ir de novo à comissão parlamentar de inquérito ao caso BPN?

Sim, estou totalmente disponível, se considerarem necessário.

E quanto a uma possível acareação com Dias Loureiro, estaria disponível para tal?

Com certeza. No entanto, não vejo grande vantagem em recorrer-se a essa diligência. Tratou-se de uma reunião a dois, sem testemunhas. Como já se percebeu, cada um tem a sua versão da reunião.

Como interpreta as palavras de Oliveira Costa no Parlamento?

Cada um sabe as intenções com que profere determinadas declarações. Não posso fazer juízos de valor sobre as palavras do dr. Oliveira Costa.



Críticas aos supervisores são 'lamentáveis', diz António Marta

Qual a sua previsão sobre a forma como irá acabar todos este processo?

Não sei. É uma incógnita. Julgo que a comissão parlamentar de inquérito ao caso está a fazer um bom tra-

“É sempre bom alguém vir corroborar as nossas declarações

balho, conseguindo ouvir todos os principais intervenientes. No que se refere à supervisão e às críticas que têm vindo a ser feitas em relação à actuação dos supervisores, consi-

dero lamentáveis. Muitas das coisas que foram ditas não correspondem à verdade. Na comissão foram apresentados vários documentos de uma forma truncada, inviesada, sem se divulgar o contexto e como foram produzidos, naquilo que considero um mau serviço ao esclarecimento sobre o que é o papel dos supervisores. A supervisão é um modelo, definido superiormente e não se pode fugir às regras que estão ditadas. Tentar desacreditar a actuação e o papel da supervisão com excertos de documentos e de declarações, julgo que é muito mau em si mesmo e sobretudo para a própria supervisão.

A supervisão bancária é atingida?

Claro que sim. É mau que assim seja. A actividade de supervisão é fundamental para sistema financeiro português. Se este não tiver credibilidade é o país e a sua economia que perdem.

E julga que as autoridades de supervisão actuaram bem no caso do BPN?

Estou perfeitamente consciente que os supervisores fizeram o que devia ser feito, no acompanhamento ao banco. Disse-o na comissão parlamentar de inquérito, assim como o senhor governador, Vítor Constâncio. Agora, é preciso ter em conta que à supervisão foi sonegada muita informação importante pela própria instituição. ■

Efeitos colaterais

A comissão de inquérito parlamentar ao chamado "caso BPN" está a ser uma revelação. Habitados a várias comissões deste tipo que acabam com relatórios ambíguos e sem quaisquer consequências ao nível prático, o que se tem passado neste caso prima pela diferença. Espectáculo mediático à parte, a audição a José Oliveira Costa, o único arguido no processo BPN, acabou, diga-se o que se disser, por fazer cair Manuel Dias Loureiro do cargo de conselheiro de Estado. Foi o rol de revelações que o ex-banqueiro fez no Parlamento que acabou por tornar insustentável a manutenção do ex-ministro no órgão de consulta do Presidente. Depois de terça-feira nada foi como dantes. João Lobo Antunes, conselheiro de Estado indicado pelo PR, foi peremptório ao DN: "É um dever patriótico" Dias Loureiro sair. Estava dado o mote. Embora seja preciso saber também se Vítor Constâncio resiste a um relatório que lhe irá apontar falhas na supervisão, é lícito concluir que se comissões de inquérito como o Envelope 9, a JAE, a demissão de Maria José Morgado da PJ, o caso Millennium ou, sobretudo, Camarate, tivessem funcionado assim, a democracia estava mais saudável. ■



Francisco Almeida Leite

Governo não indemniza nacionalização do BPN

Accionistas esperavam 400 milhões de euros, mas Teixeira dos Santos recusa pagar por banco falido

O Governo não vai indemnizar os accionistas do Banco Português de Negócios, BPN, pela nacionalização do banco, em Novembro do ano passado. Duas auditorias às contas – que terão apurado perdas de 1,8 mil milhões de euros – confirmaram um "valor negativo da situação patrimonial e financeira do banco", afirmam as Finanças, em comunicado, sem, no entanto, revelar pormenores do balanço do banco.

A Sociedade Lusa de Negócios, principal accionista do BPN – que agrupa dezenas de sociedades – tem agora um prazo de 15 dias para contestar a decisão do Governo, mas Fernando Lima, presidente da SLN, esperava um encaixe de pelo menos 400 milhões de euros, de acordo com recentes declarações.

Elevado peso dos empréstimos

em incumprimento concedidos pelo banco, "descobertos" no montante de 350 milhões de euros no Banco Insular – cuja propriedade ainda não está clarificada – e um conjunto de negócios menos bons" explicam o crash do banco, obrigando à intervenção estatal.

Entre os negócios ruinosos destaca-se a venda da Redal – uma concessionária de distribuição de água e saneamento, em Marrocos – cuja contrapartida implicou a compra ao libanês Abdul El Assir – amigo de Dias Loureiro – de 25% da Biometrics, sediada em Porto Rico. Meses depois, a empresa falia, com o BPN a perder cerca de 40 milhões de euros. A compra da Plêiade a José Roquette e Dias Loureiro saldou-se igualmente como um mau negócio para o BPN. ■R.R.



Caso BPN Baixa no Conselho de Estado após acusações de Oliveira Costa

Dias Loureiro renunciou porque não quer “ser protegido”

Cavaco Silva garante não ter “nenhuma razão” nem “nenhuma informação” que o levem a perder a confiança no seu conselheiro

Sofia Branco e Maria Lopes

● Não foi por haver um “pedido” das autoridades judiciais. Nem pelo que Oliveira Costa disse dele na comissão parlamentar de inquérito. Dias Loureiro, ex-administrador do BPN, justificou a renúncia ao lugar de conselheiro de Estado com a necessidade de deixar claro que não estava a usar o cargo como uma “protecção”. E o Presidente da República, Cavaco Silva, garantiu que continua a não ter “qualquer informação” que o levasse a retirar a confiança política àquele que indigiu.

“Nunca pensei que se pudesse começar a passar a ideia de que o Conselho de Estado era um resguardo. Não é um resguardo. Eu sei aquilo que fiz e não fiz nada ilegal”, frisou em entrevista Dias Loureiro ao Jornal da Noite da SIC.

O agora ex-conselheiro repetiu cinco vezes aquela justificação, alegando a degradação “paulatina e de forma

a comentar as declarações de Oliveira Costa, ex-presidente do BPN e já constituído arguido no escândalo que envolve o banco.

E insistiu que aceitou falar à SIC para explicar “as razões” da sua demissão e o seu “processo de pensamento” nos últimos “15 dias a três semanas”. “Quero que todo este caso seja esclarecido e o mais depressa possível”, vincou. Nesse sentido, escreveu “uma carta” ao procurador-geral da República, que será, disse, recebida hoje por Pinto Monteiro.

Já a SIC, na peça jornalística que antecedeu a entrevista, diz que a Polícia Judiciária, o Ministério Público e o juiz de instrução “querem interrogar” Loureiro sobre a sua actuação em vários negócios ruinosos do BPN, intenção que foi, segundo a mesma televisão, “reforçada” pelas declarações de Oliveira Costa, anteontem no Parlamento. A SIC diz mais: Dias Loureiro “será constituído arguido”. Mas o agora ex-conselheiro de Estado diz que “são falsas” as notícias que têm saído nos últimos “seis meses” sobre si e a sua actuação no BPN, incluindo aquelas que referiam já ter sido pedido o levantamento da sua imunidade. “Não há nenhum pedido no Conselho de Estado para que seja ouvido”, afirmou, acrescentando que confirmou isso mesmo junto de Cavaco Silva.

Conselheiros divididos

A imunidade decorrente do estatuto de conselheiro de Estado era um obstáculo ao interrogatório de Dias Loureiro. Durante os últimos seis meses, as opiniões dos restantes conselheiros acerca da sua continuação ou não no órgão de consulta do Presidente dividiram-se.

O neurocirurgião João Lobo Antunes, escolhido por Cavaco e seu mandatário de campanha, considerou a renúncia um “dever patriótico”. Jorge Sampaio, Ramalho Eanes (ambos conselheiros por serem ex-Presidentes) e António Capucho (eleito pelo Parlamento) defenderam que Dias Loureiro deveria afastar-se para evitar constrangimentos tanto para o Presidente como para o Conselho de Estado.

Manuel Alegre (eleito pelo Parlamento) e Manuela Ferreira Leite (escolhida por Cavaco mas substituída por Leonor Beleza quando foi eleita líder do PSD) sempre se recusaram a

O conselheiro de Estado ontem ao justificar publicamente na SIC a sua renúncia ao cargo



Renúncia peca por tardia, dizem politólogos

A novela do sai-não-sai terminou demasiado tarde, avaliam os dois politólogos ouvidos pelo PÚBLICO. André Freire diz que o caso “arrastou-se tempo de mais e fragilizou a própria instituição” do Conselho de Estado. Mas, apesar de tudo, sublinha António Costa Pinto, o “impacto político” do arrastar deste processo e do facto de este envolver um conselheiro de Estado indicado pelo próprio Presidente da República é “pequeno”. Isto porque, considera, “até ver, a popularidade presidencial sofre muito pouco com este tipo de associação”.

Além disso, antecipa Costa Pinto, “os partidos não a vão fazer, pois manifestam sempre uma grande prudência” nas declarações que possam ser lidas como ataques à instituição presidencial. A excepção, ontem, foi o BE, que questionou “o silêncio” de Cavaco Silva, que sempre manteve a confiança política em Dias Loureiro, “arquitecto da sua campanha presidencial”.

Também o “impacto” no próprio PSD, partido no qual Dias Loureiro milita, será “pequeno ou nulo”, assevera Costa Pinto, explicando que esse impacto já aconteceu “quando

da associação de elementos do governo PSD ao escândalo do banco”. Mas uma coisa é certa, garante: este acontecimento confirma “a promiscuidade muito conhecida entre a classe política e os cargos empresariais”, em que os membros da primeira servem de “facilitadores”.

Porém, realça André Freire, os conselheiros de Estado “são homens e mulheres, têm solidariedades políticas, também têm passado e história e não é expectável que sejam deuses impolutos”. “Devem estar isentos de suspeitas, mas o importante é que as instituições sejam capazes de responder às mesmas suspeitas e assumam as responsabilidades políticas.”

Costa Pinto não defende a alteração do estatuto dos conselheiros de Estado, que é “compatível com o exercício de qualquer outra actividade, pública ou privada”. “O grande problema de legislar muito sobre incompatibilidades é diminuir as possibilidades de entrada na classe política”, indica. “O Conselho de Estado, dadas as suas funções, e até porque tem um poder diminuto e uma remuneração simbólica, deve ter poucas incompatibilidades”, defende. **S.B.**

fazer juízos sobre os outros conselheiros. Marcelo Rebelo de Sousa, outra escolha de Cavaco, defendia a saída, em nome da ética, se o conselheiro fosse constituído arguido, o que ainda não se verificou.

Partidos aplaudem

Apesar de não terem todos emitido opinião sobre o caso anteriormente, todos os partidos políticos com assento parlamentar aplaudiram ontem a decisão comunicada por Dias Loureiro.

“Para o funcionamento da democracia é correcto que assim tenha acontecido”, disse o deputado Ricardo Rodrigues (PS). O líder parlamentar do PSD e cabeça de lista às eleições europeias, Paulo Rangel, admitiu que “ter-se-ia ganho” se Dias Loureiro tivesse renunciado “mais cedo” ao cargo de conselheiro, ao mesmo tempo que saudou “com naturalidade” o pedido de renúncia e manifestou respeito pela sua “atitude tão digna”.

Já o secretário-geral do PCP, Jerónimo de Sousa, considerou a renúncia “um desfecho lógico, tendo em conta os novos elementos que vieram a lume”. BE e CDS-PP foram mais longe na apreciação, com o bloquista Francisco Louçã a sublinhar que “não se entende por que é que o Presidente da República se manteve em silêncio” sobre o caso e por que é que Dias Loureiro tomou esta decisão “tantos meses depois”. Por seu lado, o deputado centrista Pedro Mota Soares defendeu que o governador do Banco de Portugal, Vítor Constâncio, “devia assumir as suas responsabilidades”. **com Nuno Símas**

Pressão no Conselho

19

O Conselho de Estado, que é composto por 19 membros, começou a acusar alguns sinais de incomodidade com a presença de Dias Loureiro no seu seio.

sistemática” da imagem daquele órgão de consulta política. Foi isso que levou à sua decisão, ontem comunicada em reunião com o Presidente.

Cavaco Silva falou aos jornalistas pouco depois da entrevista à SIC, afirmando: “Do ponto de vista penal, não tenho qualquer informação fornecida por quem deve informar o Presidente da República” que o levasse a retirar a confiança política a Dias Loureiro. E, confirmando que foi o conselheiro a apresentar “a sua renúncia”, acrescentou não fazer “qualquer distinção entre os 19 conselheiros de Estado”. “Todos merecem o maior respeito.”

Na curta entrevista à SIC, o ex-ministro da Administração Interna do governo de Cavaco Silva recusou-se





Caso BPN O que disseram Oliveira Costa e os outros protagonistas

As zonas cinzentas do caso BPN

As sessões da Comissão Parlamentar de Inquérito ao caso BPN permitiram, através das contradições dos seus protagonistas, perceber que na ressaca de negócios obscuros e ruinosos a gestão do banco se processava num clima de ódio e de suspeitas de traição

ATAQUE

Foi graças a Dias Loureiro que o grupo embarcou no ruinoso negócio de Porto Rico, que tinha do lado vendedor o libanês El-Assir, seu amigo pessoal, contou Oliveira Costa. Foi esta operação que desencadeou as investigações ao BPN/SLN. "Se depois não aparecesse o raio do negócio da Biometrics, hoje não estaríamos aqui", disse o ex-banqueiro no Parlamento. (26/5/2009)

DEFESA

"É preciso ver que ele [Oliveira Costa] tinha um currículo impressionante e percebia muito mais daquilo que eu", disse Dias Loureiro no Parlamento, para explicar aos deputados por que razão aceitou as explicações de Oliveira Costa por não virem reflectidos nas contas do grupo os prejuízos do negócio de Porto Rico, que negou ter promovido. (27/1/2009)

Dias Loureiro

Miguel Cadilhe foi para o BPN "ganhar 2,5 vezes mais do que eu ganhei em dez anos", disse Oliveira Costa, acusando o antigo presidente do grupo (escolhido pelos accionistas de referência) de ter contribuído para a derrocada da instituição. Cadilhe "induziu ao boicote" da venda da SLN a investidores libios, em Outubro de 2008, e "lavou as mãos como Pilatos", acusou Oliveira Costa. (26/5/2009)

Oliveira Costa "mentiu grosseiramente no Parlamento", respondeu Miguel Cadilhe, garantindo que nunca teve qualquer "proposta efectiva ou credível" de venda. "De modo nenhum, em consciência, me sinto Pilatos", disse o antigo-ministro das Finanças, que rejeitou outras "acusações absurdas", como a de ter manipulado a imprensa para desacreditar a SLN. (27/5/2009)

Miguel Cadilhe

Joaquim Coimbra "cozinhou-me em banho-maria". O accionista da SLN terá sido o líder de um grupo de quatro accionistas que influenciou os restantes membros do Conselho Superior do grupo e induziu ao boicote de três tentativas de venda do grupo a entidades estrangeiras, por pretender desmembrar a SLN em proveito próprio, apontou Oliveira Costa. (26/5/2009)

Na companhia de outros oito accionistas de referência da SLN, Joaquim Coimbra reagiu às "várias inverdades" proferidas por Oliveira Costa num comunicado em que se acusa o ex-banqueiro de "inteira responsabilidade" pela situação do grupo. E em que se garante que foram assinados dois acordos de venda nunca executados "por falta de pagamento dos promitentes-compradores". (27/5/2009)

Joaquim Coimbra

Oliveira Costa acusou Abdool Vakil, o homem que lhe sucedeu na presidência da SLN/BPN de "economizar muito na verdade". O ex-banqueiro reagiu assim às declarações de Abdool Vakil sobre a existência de 157 pedidos de informação do Banco de Portugal por responder, quando assumiu funções, em Fevereiro de 2008. "Havia muito pouca coisa por responder" ao supervisor garantiu Oliveira Costa. (26/5/2009)

Abdool Vakil garantiu ter encontrado "um ambiente de críspação" entre o Banco de Portugal e o BPN quando assumiu a presidência interina do grupo. Segundo explicou, foi na sequência dos vários pedidos que a sua equipa de gestão (classificada pelo supervisor como "cooperante") realizou todo um trabalho de investigação que permitiu reconhecer o Banco Insular de Cabo Verde como pertencente à SLN. (26/1/2009)

Abdool Vakil

Oliveira Costa

A visita de Dias Loureiro ao Banco de Portugal

António Marta

António Marta assegurou aos deputados da comissão de inquérito que nunca ouviu de Dias Loureiro "qualquer preocupação com a falta de actuação do Banco de Portugal (BdP) face ao grupo SLN". O ex-vice-governador do BdP reagiu assim às declarações de Dias Loureiro que, na véspera, tinha garantido na mesma comissão ter procurado o supervisor por estar "intranquilo" com as práticas de gestão de Oliveira Costa. Mas, segundo Marta, o teor da conversa que manteve com o antigo ministro da Administração Interna, em Abril de 2001, foi bem distinto. Dias Loureiro antes quis saber o porquê de o BdP "fazer sistematicamente perguntas e inspeções à instituição". "Aquilo que ouvi de Dias Loureiro era o que já tinha ouvido de outras pessoas, que Oliveira Costa se sentia perseguido pelo BdP", disse Marta na audição parlamentar de 28 de Janeiro.

Dias Loureiro

O antigo administrador da SLN procurou António Marta por estar preocupado com o modelo de gestão "demasiado centralizador" de Oliveira Costa. Esse desconforto levou-o a pedir ao vice-governador do BdP uma atenção especial ao BPN, apenas três meses depois de assumir funções, explicou Dias Loureiro aos deputados da comissão de inquérito, a 27 de Janeiro. "O que verificava é que o tempo ia correndo e que o modelo de gestão era muito 'one-to-one'. Oliveira Costa despachava com as pessoas individualmente" e quase não havia reuniões, nem actas. "Não tinha quaisquer factos concretos para apresentar [a António Marta], apenas queria estar tranquilo", disse o ex-conselheiro de Estado.

Oliveira Costa

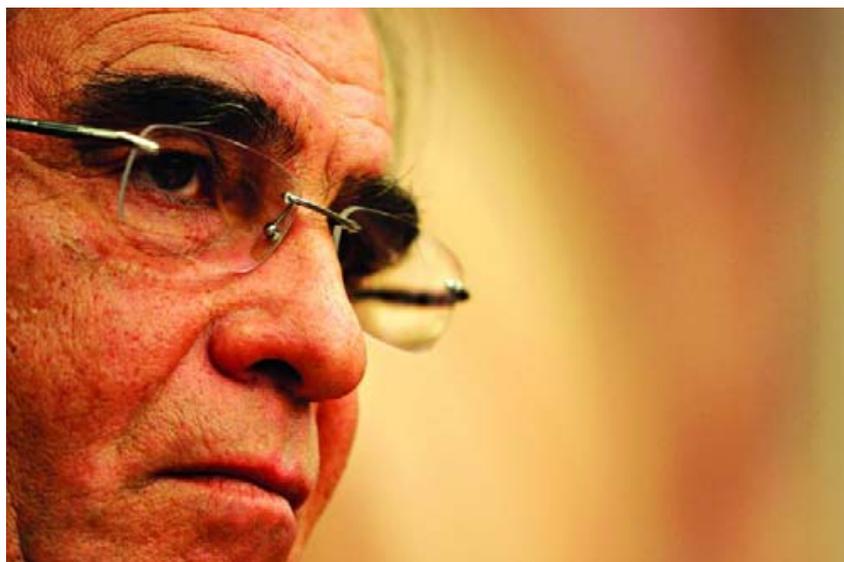
"A verdade está com António Marta", garantiu aos deputados o antigo presidente do BPN, na audição parlamentar de terça-feira. Segundo o ex-banqueiro, não só o antigo ministro lhe comunicou previamente que pretendia ir falar com Marta, como lhe reportou, a seguir ao encontro, que "lhe tinha feito sentir que a supervisão estava permanentemente a questionar o BPN" e que essa situação desagradava à administração. Isto depois de Dias Loureiro assegurar aos deputados que as únicas pessoas que souberam da reunião foram o próprio supervisor e o economista Miguel Belez, a quem pediu que marcasse a reunião. Oliveira Costa disse ainda ter desaconselhado Dias Loureiro da iniciativa e rematou que o ex-governante "baseou a sua versão [dos factos] numa declaração deslealdade", que atribuiu a "uma problemática do ego". Ana Brito



Política

Acabar a carreira com uma demissão

Ex-ministro pediu a renúncia do **Conselho de Estado e para ser ouvido nas instâncias judiciais** no âmbito do BPN



UM HOMEM SOLITÁRIO
ANDRÉ KOSTERS / LUSA

"Nunca pensei que pudesse começar a passar a ideia de que o Conselho de Estado era um resguardo, que me protege. Não me protege de nada", diz Loureiro

POR: MAGALHÃES AFONSO
mafonso@meiahora.pt

Dias Loureiro pediu ontem a demissão do Conselho de Estado ao Presidente da República. Em entrevista ao Jornal da Noite da SIC, o ex-ministro da Administração Interna justificou o pedido "para não se ficar com a ideia de que o Conselho de Estado serve para proteger de alguma coisa".

O responsável revelou ainda que solicitou à Procuradoria-Geral para ser ouvido no âmbito do caso BPN, que quer ver esclarecido "o mais rápido possível" e comunicou a Cavaco Silva que tem "o direito a ser ouvido".

Dias Loureiro acrescentou que, por vários momentos, "podia não ter pedido a de-

missão" mas nunca o fez porque "sei aquilo que fiz e não fiz nada de ilegal" e que esta era uma decisão que já andava a amadurecer há 15 dias.

Mas horas antes, o também conselheiro de Estado sustentara a urgência da demissão, lembrando que "o que está em causa não é a pessoa, mas a dignidade do cargo".

"Não falarei sobre o seu [Oliveira e Costa] carácter" disse Dias Loureiro

A decisão vem no dia a seguir às acusações a Dias Loureiro por Oliveira e Costa, declarações essas que o primeiro se recusou a comentar.

CV público

Em quase 30 anos de carreira pública, Dias Loureiro foi:

- Governador Civil de Coimbra de 1981 a 1983;
- Ministro dos Assuntos Parlamentares do XI Governo Constitucional;
- Ministro da Administração Interna do XII Governo Constitucional.

Anteontem, o antigo presidente do grupo SLN, apresentou-se na comissão de inquérito ao BPN, onde acusou Dias Loureiro de mentir.

"Não tenho nada a temer, não estou acusado de nada, não cometi nenhuma ilegalidade", contrapôs o ex-ministro da Administração Interna.

Reacções

Ricardo Rodrigues,
vice-presidente da bancada PS

Para o vice-presidente do grupo parlamentar do Partido Socialista "a demissão e a aceitação [por parte do Presidente da República] é um acto da responsabilidade dos próprios".

Paulo Rangel,
Presidente da bancada PSD

O cabeça-de-lista social-democrata às eleições europeias, Paulo Rangel, considerou que "ter-se-ia ganho" se Dias Loureiro tivesse renunciado "mais cedo" ao cargo de conselheiro de Estado.

Jerónimo de Sousa,
Secretário-geral do PCP

Para o secretário-geral dos comunistas este é "o desfecho lógico, tendo em conta os novos elementos". Jerónimo de Sousa revelou ainda, no Parlamento, que a demissão "era inevitável".

Francisco Louçã,
Líder do Bloco de Esquerda

Francisco Louçã considerou que Dias Loureiro não tinha outra opção que não fosse renunciar ao Conselho de Estado e defendeu que a sua manutenção no cargo "aprisionava o Presidente".

Pedro Mota Soares,
Deputado do CDS-PP

Mota Soares, do CDS-PP, afirmou que, ao renunciar ao Conselho de Estado, Dias Loureiro "fez o que já devia ter feito" e reiterou que devido às "falhas" no caso BPN também Vítor Constâncio devia "sair".

António Costa Pinto,
Político

Segundo a opinião do especialista, a renúncia de Dias Loureiro ao cargo de conselheiro de Estado vai "terminar a carreira política" do ex-administrador da Sociedade Lusa de Negócios (SLN).